



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ODONTOLOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CIBELE PITTHAN DA SILVA
LOAN TONIAL TOMIELLO

ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA NOTURNO:
PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO-FAMILIAR E CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA
NO CURSO

Porto Alegre
2021

CIBELE PITTHAN DA SILVA
LOAN TONIAL TOMIELLO

**ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA NOTURNO:
PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO-FAMILIAR E CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA
NO CURSO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Odontologia da Faculdade de Odontologia
da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para obtenção
do grau de Cirurgião-Dentista.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ramona Fernanda Ceriotti Toassi

Porto Alegre
2021

CIP - Catalogação na Publicação

Tonial Tomiello, Pitthan da Silva, Loan, Cibele
ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA NOTURNO: PERFIL
SOCIODEMOGRÁFICO-FAMILIAR E CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA
NO CURSO / Loan, Cibele Tonial Tomiello, Pitthan da
Silva. -- 2021.
67 f.
Orientadora: Ramona Fernanda Ceriotti Toassi.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Odontologia, Curso de Odontologia, Porto Alegre,
BR-RS, 2021.

1. Educação em Odontologia. 2. Estudantes de
Odontologia. 3. Educação Superior. I. Fernanda
Ceriotti Toassi, Ramona, orient. II. Título.

RESUMO

INTRODUÇÃO: Impulsionada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a partir de 2010, ampliou o número de vagas no curso de Odontologia para o período noturno. A intenção principal foi atender a demanda de acesso aos estudantes trabalhadores. Para além do acesso, há a necessidade de se conhecer as condições de permanência destes estudantes no curso, o que justificou a realização desta pesquisa. **OBJETIVO:** Analisar o perfil sociodemográfico-familiar de estudantes do curso de Odontologia noturno da UFRGS e as condições de permanência no curso (barreiras e facilitadores). **METODOLOGIA:** O estudo utilizou dados de pesquisa transversal observacional vinculada ao Programa de Educação Tutorial 'Conexões de Saberes: Cenários de Práticas e Estágios Curriculares Noturnos', aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS. Foram convidados a participar do estudo todos os 175 matriculados no curso noturno de Odontologia da UFRGS, de janeiro a junho de 2019. A delimitação da amostra ocorreu por meio da adesão e aceite voluntário. A coleta de dados foi realizada por preenchimento de instrumento *online*. A análise das questões fechadas foi realizada pela distribuição de frequências de cada variável (estatística descritiva). As respostas das questões abertas foram analisadas pela análise temática de conteúdo. **RESULTADOS:** Participaram do estudo 55 estudantes (percentual de resposta de 31%). Os resultados mostraram que o perfil, em sua maior parte, é de mulheres, adultas jovens (média de idade de 26,6 anos), brancas, solteiras, sem filhos, residentes em Porto Alegre e com formação no ensino fundamental e médio em escola pública. Pouco mais da metade trabalha (50,9%) e dependem de apoio familiar para seu sustento (50,9%). Para 21,8% a renda individual mensal foi de 1 a 1 ½ salários mínimos. Os estudantes perceberam que a permanência no curso é afetada por questões financeiras, por aspectos organizacionais da Universidade e do curso, pela condição de ser estudante trabalhador, pela relação com os professores, pela insegurança em torno do campus universitário, além do tempo de deslocamento até a Universidade e o tempo de duração do curso. Estratégias para fortalecer a permanência relacionaram-se a mudanças organizacionais do curso, com possibilidade de aulas aos sábados e de acompanhar disciplinas na categoria de aluno especial no turno diurno, flexibilização no horário de chegada dos estudantes, realização de disciplinas/atividades na modalidade de Educação a Distância, maior oferta de atividades extracurriculares em horários compatíveis ao estudante trabalhador e o acompanhamento psicológico. O auxílio financeiro para obtenção de materiais odontológicos foi reconhecido como uma estratégia facilitadora para alunos que recebem benefício da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O curso noturno de Odontologia tem possibilitado o ingresso do estudante trabalhador na Universidade. Para além do acesso, existem barreiras relacionadas ao perfil sociodemográfico-familiar, aos aspectos organizacionais da Universidade e do curso. Recomenda-se a análise permanente da trajetória dos estudantes, estimulando a identificação e discussão das barreiras e facilitadores da permanência, a fim de promover estratégias com vistas a aprimorar a sua formação. **PALAVRAS-CHAVE:** Educação em Odontologia. Estudantes de Odontologia. Educação Superior.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ACESSO E PERMANÊNCIA.....	6
2.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR EM ODONTOLOGIA NO BRASIL.....	12
2.3 PERFIL DE ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA ANTES E DEPOIS DA IMPLEMENTAÇÃO DO REUNI.....	15
3 METODOLOGIA.....	19
3.1 VARIÁVEIS ANALISADAS.....	20
3.2 ANÁLISE DOS DADOS.....	20
4 RESULTADOS.....	21
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	21
4.2 CONDIÇÕES QUE AFETAM A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NO CURSO/BARREIRAS.....	23
4.3 FACILITADORES DA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NO CURSO.....	29
5 DISCUSSÃO.....	31
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
7 A PALAVRA FINAL DOS AUTORES.....	43
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	54
ANEXO A – MEMÓRIA DA REUNIÃO PET, 18 DE JUNHO DE 2020.....	56
ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA.....	58
ANEXO C – CARTA DE ANUÊNCIA.....	59
ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	60

1 INTRODUÇÃO

A formação de cirurgiões-dentistas do Brasil passou por transformações que envolveram tanto aspectos curriculares quanto relacionados ao perfil de estudantes ingressantes nos cursos de graduação. Foi um contexto facilitado pela implementação de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Odontologia (BRASIL, 2002) aliado às mudanças nas políticas de saúde do país – inclusão da equipe de saúde bucal na Estratégia de Saúde da Família (BRASIL, 2001) e definição de diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal (BRASIL, 2004).

Em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), trouxe para a pauta das discussões/ações a necessidade de ampliação do acesso e a permanência de estudantes na educação superior (BRASIL, 2007). Conforme a plataforma digital do Ministério da Educação todas as instituições federais de educação superior aderiram ao REUNI e desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação (BRASIL, 2010).

O REUNI constitui-se em uma estratégia de superação do cenário de forte elitização da universidade brasileira, caracterizando o ensino superior como local privilegiado para (re)produção das elites econômicas do país (PEREIRA, 2010).

Dentro deste processo de expansão, emergiu uma categoria importante que é a do estudante trabalhador. Oliveira, Bittar e Lemos (2010) definem o estudante trabalhador como aquele que além de estudar, também está no mundo do trabalho. Surge, assim, o questionamento referente a que novos desafios o acadêmico trabalhador irá enfrentar com a dupla jornada de atividades e como a universidade se adaptou para atender este aluno.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) implementou, no ano de 2010, ampliação de vagas no curso de Odontologia oferecidas exclusivamente no período noturno, com a intenção principal de atender a demanda de trabalhadores que dispõe somente do horário da noite para realizar sua formação acadêmica (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010).

O REUNI, de acordo com Haddad (2008), permitiu uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, o que tem potencial para aumentar expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública.

Estudo prévio à implementação do REUNI, que avaliou o perfil dos estudantes de Odontologia na UFRGS, mostrou o predomínio de estudantes advindos de famílias com alto nível de escolaridade e que em sua maioria havia estudado em escolas particulares e não exerciam atividade remunerada (TOASSI *et al.*, 2011). O REUNI, neste contexto, trouxe a oportunidade de acesso a estudantes de maior diversidade social, incluindo o trabalhador, podendo trazer mudanças no perfil dos ingressantes e egressos do curso de Odontologia.

O sucesso do estudante na educação superior, entretanto, não se restringe ao acesso à vaga, está vinculado diretamente a sua permanência no curso até a conclusão, sendo a retenção e a evasão questões relevantes a serem consideradas (SOUZA; WESCHENFELDER; TOASSI, 2014). Para Vargas e Paula (2013), é fundamental que a instituição de ensino se prepare para a oferta de vagas em curso noturno, com relação às condições oferecidas a este estudante, ao significado de estudar à noite e trabalhar e à equalização das oportunidades de estudo que o curso oferece ao estudante trabalhador e não trabalhador.

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar o perfil sociodemográfico-familiar de estudantes do curso de Odontologia noturno da UFRGS e as condições de permanência no curso (barreiras e facilitadores). Sua relevância se afirma a partir da possibilidade de produção de conhecimentos sobre o tema da permanência de estudantes em cursos noturnos, de modo especial, na educação em Odontologia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ACESSO E PERMANÊNCIA

A estrutura atual da Educação Superior no Brasil foi formalizada e normatizada na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (BRASIL, 1996). Ranieri (2000) mostra como a Constituição Federal define a educação como dever do Estado (art. 205) e a individualiza como um bem jurídico, permitindo a vinculação de receita tributária para manutenção e desenvolvimento do ensino público (70% dos 18% de receitas de impostos são empregados na educação superior) e franquia a atividade de educação superior à iniciativa privada dentro dos limites fixados na lei. Dessa forma, entende-se a Educação Superior como um bem público e, portanto, os recursos públicos devem ser gastos até o limite da riqueza nacional, de modo a atender ao maior número possível de jovens (AMARAL, 2003).

A expansão da Educação Superior no Brasil, no entanto, apresenta-se como uma necessidade premente do país, visto que, em média nacional, apenas 24,3% dos jovens brasileiros, com idade entre 18 e 24 anos, têm acesso ao ensino superior (PNAD, 2009). Para Martins (2000), os desafios para o desenvolvimento do país exigem uma expansão mais expressiva desse nível de ensino.

Por longos anos, o Sistema de Ensino Superior (SES) no Brasil, como em todo o mundo, foi claramente um espaço para socialização de uma elite mais preparada, distinta – pelo seu capital cultural certificado – dos mandantes e mandatários espalhados por todo o país (BARBOSA; PRATES, 2015, p. 327).

Traduzindo numericamente os dados relacionados ao acesso do ensino superior em nível nacional, em 2007, quando o REUNI foi estabelecido, o país contava com 2.281 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo 89% delas privadas e apenas 11% públicas (BRASIL, 2009). As matrículas totais somavam 4.880.381 alunos de graduação presencial, dividindo-se em 74,6% nas instituições privadas e 25,4% nas públicas, o que representava algo em torno de 11% dos jovens na faixa etária (entre 18 e 24 anos) (BRASIL, 2014) – caracterizando, como já mencionado anteriormente, um ensino ainda elitista e excludente. Já os índices de conclusão atingiam, em números brutos (isto é, somando a graduação presencial e educação a distância), apenas 756.799 dos alunos (BRASIL, 2009).

Estudo que avaliou o processo de crescimento do ensino superior brasileiro mostrou que, considerando como indicador a renda familiar dos alunos matriculados no ensino superior público e privado, não há diferença significativa entre os setores, sendo mais de 50% dos estudantes oriundos das classes abastadas. Percebe-se um aumento ainda que pequeno, da presença de alunos de baixa renda em ambos os setores de ensino, especialmente a partir de 2005, quando começam a ser implantados programas de inclusão social nas IES. Ainda, quando comparados os dados entre 2002 e 2009, constata-se uma maior presença de alunos dos quintis mais baixos no setor público, mas especialmente no setor privado, resultado do Programa ProUni (NEVES, 2012).

Nesse sentido, a expansão recente revela que o acesso à educação superior ainda se mostra bastante concentrado nos jovens das camadas de faixas de renda alta e média e brancos, [...] chamando atenção para o fato de que o alto grau de exclusão escolar no ensino superior tem a ver com a própria estrutura e organização desse nível. As instituições públicas são gratuitas e disputadas por grandes quantidades de candidatos. A organização da oferta do ensino nas IES particulares, por sua vez, sempre levou em conta as necessidades de uma clientela que dependia do próprio sustento para se manter no ensino superior e dessa forma, sendo impedimento para um maior acesso dos estudantes de baixa renda o valor das mensalidades cobradas (NEVES, 2012).

Como ressaltou Schwartzman (2007, p. 6), “as profundas diferenças sociais que existem no Brasil justificam a adoção de políticas de inclusão social que estimulem o interesse e o acesso ao ensino superior de pessoas, grupos, setores sociais e habitantes de regiões onde o ensino superior é menos acessível”.

Para Pereira e Silva (2010), as políticas públicas têm como principal característica seu caráter redistributivo, tendo em vista que as mesmas pretendem produzir oportunidades iguais para atores sociais desiguais. Sendo assim, possibilitaram que a Educação Superior deixasse de ser voltada para sua tradicional e restrita clientela de elite e passasse a incorporar parcelas de determinados grupos que antes não acessavam essas instituições (MARTINS, 2006).

Para que o sistema educacional opere de forma equitativa deve garantir que todos tenham oportunidades adequadas, sem quaisquer tipos de discriminação socioeconômica e racial. A equidade, como uma justa igualdade de oportunidades, ocorre quando os cidadãos têm acesso equitativo aos bens escassos e limitados da

vida. Quando não há condições de oferecer esses bens a todos os indivíduos que assim o desejam, é necessária a criação de políticas sociais para amenizar tais carências e que atendam aos menos privilegiados. Entende-se por políticas de inclusão social no ensino superior, políticas extraordinárias voltadas à ampliação das oportunidades de ingresso de candidatos discriminados por renda, raça ou sexo (MCCOWAN, 2007).

Para Neves, Raizer e Fachinetto (2007) a ampliação do acesso à universidade não é só uma preocupação governamental, mas da sociedade contemporânea, principalmente no que se refere ao aumento de vagas que permita a equidade e a formação de qualidade, com ênfase na responsabilidade social.

Diante das incontestáveis desigualdades estruturais presentes na sociedade e no campo educacional brasileiro a da elitização do acesso à educação superior estar sendo fortemente questionada e apontada como uma das formas de exclusão social e ao perceber que a superação dessa situação discriminatória somente ocorreria por meio da ampliação das oportunidades de acesso à educação superior (BRASIL, 2012, p. 9), o REUNI é resultante da tentativa do governo de atender às reivindicações e anseios de diversas entidades da sociedade civil pela ampliação de oferta de vagas no ensino superior federal (ANDIFES, 2010).

Estudo realizado por Chiroleu (2009), em três países latinoamericanos – Argentina, Brasil e Venezuela – constatou que, no Brasil, até o ano de 2007, as políticas públicas estatais estiveram direcionadas para a compra de vagas em instituições de ensino privadas, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), bem como para a política de financiamento universitário, por meio de programas de crédito educativo. Tais medidas tinham como objetivo garantir a inclusão dos jovens oriundos das classes populares na educação superior. Contudo, somente no ano de 2007, por meio do REUNI, foram criadas as condições para a expansão do sistema público de educação superior no Brasil (CHIROLEU, 2009, p. 9).

O REUNI constituiu a segunda etapa da expansão da educação superior pública do país, sendo antecedida por uma etapa de interiorização das instituições federais de ensino superior (IFES), entre 2003 e 2006, e seguida por uma terceira etapa, iniciada em 2008, que criou universidades em localizações estratégicas com o objetivo de promover a integração e cooperação internacional. A totalidade dos projetos apresentados ao MEC tinha em comum a criação de cursos noturnos voltados para as demandas do mercado, com maiores possibilidades de atrair alunos carentes, constituindo-se um novo perfil de estudantes no ensino superior, exigindo da

universidade mudança e adaptação como um todo (DIAS JÚNIOR *et al.*, 2010).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2007), em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social do país (BRASIL, 2008), sendo a principal política governamental voltada para o ensino superior no Brasil. Seu objetivo era a expansão do acesso e a ampliação das matrículas nas instituições públicas, a partir de um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

Em sua formulação, o Programa elencou como principais metas: assegurar a qualidade do ensino por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino; aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação (BRASIL, 2008), elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de 18 alunos de graduação em cursos presenciais por professor ao final de cinco anos (ANDIFES, 2010), garantir condições necessárias às universidades para a permanência dos estudantes na educação superior, à partir da ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil e por fim, estabelece o prazo de cinco anos, a partir do ano de início do Programa (2007) para o cumprimento das metas estabelecidas (BRASIL, 2008).

A reestruturação que se pretende não é apenas de ordem quantitativa, como também qualitativa, por meio da expansão dos cursos noturnos, a ampliação da mobilidade estudantil, a revisão da estrutura acadêmica e a diversificação das modalidades de graduação (COSTA; GOTO; COSTA, 2009). Os planos de reestruturação ainda contam com várias ações para o preenchimento de vagas ociosas, oriundas da evasão (BRASIL, 2008).

Das 54 universidades federais existentes no Brasil ao final do ano de 2007, 53 delas aderiram ao Programa, exceto a Universidade Federal do ABC (UFABC), criada em 2005, por já ter adotado as inovações pedagógicas preconizadas pelo REUNI (BRASIL, 2008).

A adesão da totalidade das universidades existentes no ano de criação do Reuni atesta o forte interesse despertado pelo Programa, que permitiu a abertura de espaço para oportunidades de inovação e de aumento da qualidade da educação superior pública (BRASIL, 2008).

Considerando 2007 como ano referencial, quando o número de vagas em cursos presenciais de graduação totalizava 132.451, os projetos institucionais pactuaram um aumento para 146.762, o que representa acréscimo de 11%. No entanto, essa meta foi superada e em 2008 as universidades federais ofertaram um total de 147.277 vagas, o que equivale a um aumento de 14.826 novas vagas (BRASIL, 2008, p. 6).

Houve, no Brasil, uma notável expansão do ensino superior público a partir da implantação do REUNI no tocante ao aumento do número de matrículas nos cursos de graduação. Para Haddad (2008), o REUNI permitiu uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, o que aumentará expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública.

Embora essa ampliação tenha sido benéfica em alguns aspectos, em outros, no que tange a qualidade da vivência dos estudantes na Universidade, esta foi acometida por muitos percalços, em especial aos universitários do período noturno. Tal experiência ficou comprometida com a falta de preparo do espaço, da infraestrutura e de políticas mais sólidas para receber alunos que possuem uma realidade na maioria das vezes, diferenciada dos estudantes diurnos. O enfrentamento às dificuldades que possuem para participar da vida acadêmica na sua totalidade parece ter ficado em segundo plano: enquanto o acesso expandiu-se de forma notável, a permanência desses estudantes no ensino superior têm sido uma luta constante (REIDEL *et al.*, 2019, p. 15).

Se por um lado a massificação do sistema universitário reduz as desigualdades de acesso, por outro pode acentuar as desigualdades internas desses sistemas (DUBET, 2015), como é possível identificar diante dos índices de conclusão dos cursos ainda serem muito inferiores às de ingresso (ARRETCHE, 2015). Observa-se a necessidade de um projeto de democratização do ensino superior que contemple efetivamente questões estruturais que ultrapassem a mera expansão quantitativa (ANTUNES, 2016), e que seja capaz de garantir, nos termos de Honorato e Heringer (2014), a real possibilidade de permanência, de efetiva vivência da experiência universitária e da conclusão do curso.

Apesar de o REUNI ter como principal objetivo criar condições para ampliação de vagas e permanência dos estudantes no ensino superior público, a partir do ingresso até a conclusão do curso, podem se apresentar diversos obstáculos. Encontra-se, dentre esses percalços, o abandono dos estudos, também conhecido como evasão (RISTOFF, 1999). Logo, nesse contexto, é imprescindível reconhecer o papel dessas políticas públicas que buscam melhorar o coeficiente de igualdade de chances entre pessoas de estratos e grupos distintos da sociedade (BARBOSA;

PRATES, 2015), com especial atenção ao modo adequado de sua implementação e continuidade (ANTUNES, 2016).

Para Imperatori (2017), é fundamental pensar em estratégias para uma efetiva democratização da educação que inclua, além da ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, políticas que possibilitem a permanência dos estudantes no sistema educacional, pois marcadores como gênero, raça, etnia, sexualidade, classe socioeconômica, idade e deficiências não podem ser fatores que venham a se tornar obstáculos para o acesso, para a participação, ou para os resultados obtidos no Ensino Superior, entretanto, sabe-se que as desigualdades de acesso aos capitais econômico, social e cultural geram necessidades específicas para os estudantes e influenciam as possibilidades de conclusão dos estudos.

Segundo Estrada e Radaelli (2014), a igualdade de oportunidades para os estudantes promove uma democratização da educação superior, que além do seu princípio fundamental que é a garantia de acesso somado à qualidade, deve acima de tudo possibilitar a permanência dos que nela ingressam. Nesse cenário, a permanência, para além do acesso, é uma das questões importantes a serem consideradas, principalmente, dos estudantes de origem popular que têm as suas trajetórias marcadas por um intenso processo de desigualdade social (ZAGO, 2006).

Nesse contexto, com a expansão da educação superior, a juventude que vivia em situação de pobreza passou a ter maior acesso à universidade, o que gerou demandas por ações específicas para atendimento a esse público. Muitos desses jovens saíam de suas cidades para as capitais buscando formação acadêmica, o que gerou muitas reivindicações e lutas, juntamente com o movimento estudantil, que passou a tensionar as instituições para que as mesmas assumissem a responsabilidade pelas demandas desses estudantes que não tinham recursos para se manter na universidade (IMPERATORI, 2017), o que passou a apontar como relevantes as discussões acerca da temática da assistência estudantil.

A discussão sobre a assistência estudantil é de grande relevância, o Brasil é um dos países em que se verificam as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular, já ingressou em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar ou de permanecer nos cursos escolhidos (ARAÚJO, 2003, p. 99).

Vasconcelos (2010) evidencia a necessidade da democratização do ensino superior voltada não apenas a ações de acesso à universidade pública gratuita, mas também aos mecanismos para a permanência, reduzindo os efeitos das desigualdades.

A assistência estudantil permite que o estudante se desenvolva plenamente durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula. Atua por meio de ações em todas as áreas dos direitos humanos, que proporcionem desde condições de saúde, acesso aos instrumentais pedagógicos necessários, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como moradia, alimentação, saúde, cultura e lazer, entre outros (VASCONCELOS, 2010).

Em 2007, juntamente com o REUNI, foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que se concretizou pelo Decreto 7234 de 19 de julho de 2010, estipulando que todas as Universidades Federais devam disponibilizar aos estudantes, com vulnerabilidade socioeconômica, condições para permanência e conclusão na graduação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2018).

Apesar do contexto favorável na perspectiva de ampliação do acesso à educação superior brasileira, possibilitada pelo REUNI, passa por um processo atual de pouco estímulo às políticas públicas, o que pode comprometer os avanços conquistados. A emenda constitucional nº 95/2016 (BRASIL, 2016), por meio da limitação orçamentária, afetou diretamente a autonomia universitária, o desenvolvimento de pesquisas e de produção de conhecimento, a assistência estudantil e todos investimentos para o acesso e a permanência nas universidades (LUSA *et al.*, 2019).

2.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR EM ODONTOLOGIA NO BRASIL

Historicamente, a formação em Odontologia constituiu-se como extremamente biológica e tecnicista, centrada no elemento dental, deixando de lado a concepção holística de saúde, a qual está intimamente ligada a fatores macrossociais (BRASIL, 1991).

O modelo curricular dos cursos construídos a partir de uma visão individualista e mecanicista de atenção à saúde formou cirurgiões-dentistas com ênfase no processo curativo-reparador, que não avaliavam a real necessidade de

condicionamento do paciente por meio da avaliação do contexto macrossocial no qual ele está inserido (PEREIRA; PEREIRA; ASSIS, 2003), o que consolidou uma prática odontológica ineficiente do ponto de vista epidemiológico, de alto custo e desigual quanto ao acesso à atenção para a maioria da população (COSTA *et al.*, 2000).

A característica tecnicista dos cursos de Odontologia também contribuiu para consolidação de um padrão de formação profissional marcado pela necessidade de especialização e aprofundamento em temas complexos, limitando assim a formação generalista do cirurgião-dentista para atendimento em saúde pública (GRANDE *et al.*, 2016).

Para Costa *et al.* (2000), tornou-se indispensável reorientar os projetos pedagógicos na formação dos profissionais de saúde, os quais, por sua vez, devem ser sensíveis às demandas da sociedade e possuírem competência para gerar mudanças no quadro epidemiológico das doenças, a partir de uma concepção de integralidade em saúde e conseqüente melhoria da qualidade de vida da população.

A constatação das limitações do modelo de atenção à saúde bucal centrada na doença, que não estava sendo capaz de atender a população em seu real contexto, apontou a necessidade de mudanças no cenário da Odontologia, que se iniciaram a partir da Lei de Diretrizes e Bases/96, que culminou com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação da saúde, dentre eles o de Odontologia (PINHEIRO *et al.*, 2009).

Neste contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação em Odontologia, implementadas no ano de 2002, estabeleceram um perfil de profissional egresso com forte formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, pautado em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio (BRASIL, 2002). Assim, novos caminhos foram buscados para responder ao desafio proposto e isso incluiu, necessariamente, a construção de projetos pedagógicos nos cursos e mudanças curriculares (TOASSI *et al.*, 2011).

Para Campos (2006), os Ministérios da Educação e da Saúde, de forma articulada, por meio de uma série de estratégias, buscam implementar transformações dos processos formativos de forma a impactar positivamente as práticas profissionais em saúde e, conseqüentemente, na saúde dos brasileiros.

“Ao orientar a necessidade de incorporação, pelos projetos pedagógicos, das questões que envolvem os princípios do SUS e sua inserção no modelo de atenção”

(FONSECA, 2012, p. 163), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Odontologia, em um contexto ampliado, objetivam direcionar a formação do cirurgião-dentista para atuar no SUS (MORITA; KRIGER, 2004). A formação de um profissional generalista procura romper com a dicotomia preventivo-curativo e público-privado, com a valorização precoce da microespecialização e com a falta de integração com outras áreas da saúde que tem caracterizado o exercício da profissão (BRASIL, 2006, p. 123 *apud* MORITA; KRIGER, 2005).

Busca-se, portanto, [...] agora oficialmente, um profissional que saiba se imiscuir no plano social, que possa atuar tanto no consultório particular quanto em equipes multidisciplinares de saúde, uma vez que os cirurgiões-dentistas foram formados, até então, quase que exclusivamente, para o exercício profissional liberal (PINHEIRO *et al.*, 2008, p. 70).

De modo geral, as DCN expressam o compromisso dos movimentos por mudanças na formação dos profissionais de saúde com a compreensão ampla do significado de currículo, considerando que ele deva expressar o posicionamento da universidade diante de seu papel social, dos conceitos de saúde e educação e por essa razão é explícita a necessidade de a formação estar claramente comprometida e direcionada à concretização dos princípios da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde (FEUERWERKER; ALMEIDA, 2004).

A implementação das DCN para os cursos de graduação em Odontologia no Brasil “[...] se insere na luta da Universidade pela reconquista de sua legitimidade social e pela consolidação do Sistema Único de Saúde em consonância com as necessidades sociais da maioria da população brasileira” (SENNA; LIMA, 2009, p. 35).

As DCN autorizam as universidades a reformular seus currículos de forma autônoma e flexível, o que permite a adequação do ensino à demanda local e concede ao ensino na área da saúde que acompanhe os avanços tecnológicos e científicos, aliados a conceitos de prevenção, promoção e qualidade de vida. Além disso, as DCN sinalizam para a necessidade de maior interação entre ensino, serviço e comunidade (FONSECA, 2012).

A integração ensino-serviço prevista nas DCN trata-se de uma grande oportunidade de possibilitar ao aluno a percepção da realidade social e contexto macrossocial de seus pacientes bem como a compreensão de seu papel enquanto profissional de saúde a partir de sua imersão no sistema público de saúde (PINHEIRO *et al.*, 2009).

Ao desenvolver atividades fora dos muros da IES, de forma integrada aos serviços de saúde, viabiliza-se a vivência do futuro profissional com o quadro epidemiológico presente, sua determinação social e cultural, bem como a compreensão do seu verdadeiro papel e dos limites da sua atuação profissional, assim como a possibilidade de experienciar uma clínica ampliada em Atenção Primária, propiciando o entendimento da cavidade bucal de maneira articulada ao indivíduo em suas dimensões biopsicossociais (FONSÊCA *et al.*, 2015).

A inclusão dos cirurgiões-dentistas no Programa Saúde da Família, no ano de 2000, também configura um caminho de mudanças, bem como o desafio que precisa ser assumido e enfrentado pelas IES, incluindo seu Projeto Político Pedagógico, docentes e discentes (PINHEIRO *et al.*, 2009), visto que, é necessário a formação de recursos humanos na Odontologia, para o desenvolvimento desse novo processo de trabalho que incorpora, nas ações de saúde bucal, a promoção da saúde (MOISÉS, 2004).

A proposta do profissional egresso dos cursos de Odontologia em relação à nova postura, de compromissos éticos com a sociedade, ajudando o usuário a viver com saúde, é um terreno amplo para investigação. A formação, aliada à promoção de saúde, constitui a realidade do discurso contemporâneo no campo da saúde coletiva, que visa, em última instância, à promoção de saúde do indivíduo e da comunidade. No Sistema Único de Saúde - SUS -, ela é parte de um processo que apenas se inicia, mas que já evidencia seus novos rumos (PINHEIRO *et al.*, 2008, p. 70).

2.3 PERFIL DE ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA ANTES E DEPOIS DA IMPLEMENTAÇÃO DO REUNI

Uma das dimensões do REUNI apontou a ampliação da oferta de educação pública superior, com o aumento de vagas para o ingresso na universidade, especialmente no período noturno (BRASIL, 2007) e esse cenário de mudanças afetou também a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que em outubro 2007 aprovou o encaminhamento ao Ministério da Educação (MEC) de sua Proposta Institucional em atendimento ao REUNI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007).

O decreto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2007, apontou ser a expansão de vagas no ensino presencial de graduação, um dos pilares do Programa REUNI, fundamentado na política do MEC, de ofertar mais vagas no ensino superior público e atender maior fatia da população na idade de referência (18-24

anos). O REUNI apresenta-se, desta forma, como uma oportunidade de acelerar tal expansão, baseado na possibilidade de contratação de docentes e técnicos, bem como no aporte financeiro de recursos de custeio e capital, que serão adicionados à matriz orçamentária, para ampliação do acesso e permanência no ensino superior público. Dessa forma, a proposta apresentada previu uma expansão global de 34% das vagas oferecidas no Concurso Vestibular até 2012, estratificada em três grandes grupos: I) cursos novos; II) cursos em novas modalidades de formação; III) ampliação de cursos já existentes (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007).

Nesse contexto, houve a criação do curso de Odontologia integralmente no período noturno, no segundo semestre de 2010, tendo como principal objetivo inserir o estudante trabalhador na Universidade, “atendendo à demanda de quem desenvolve suas atividades profissionais durante o dia e dispõe somente do horário noturno para realizar a sua formação acadêmica” (LAMERS; SANTOS; TOASSI, 2017, p. 4), sendo a possibilidade de oferecimento de vagas noturnas de alguns cursos, decorrência direta da culminação do processo de reestruturação curricular no qual o curso de Odontologia teve participação (LAUERMANN, 2019).

Com relação ao ensino superior noturno no Brasil, os dados registravam uma expansão crescente. O Brasil, em 1991, apresentava 45% das matrículas no período diurno e 55% no noturno. Em 1999, os números continuavam muito semelhantes, sendo que 55,7% do total de matrículas efetuadas no ensino superior vinculavam-se em cursos noturnos, ao passo que 44,3% frequentavam o período diurno e, em 2005, essa tendência se acentuou: dos 4.453.156 alunos matriculados no ensino superior no país, 60,1% concentravam-se no período noturno e apenas 39,9%, no período diurno (BRASIL, 2006). Sendo assim, tornou-se necessário a garantia do acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno (BRASIL, 2001).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006, entre os jovens de 18 e 19 anos no Brasil, 50,6% trabalhavam, sendo que 30,6% somente trabalhavam e 20% trabalhavam e estudavam, ou seja, 67,2% dos jovens na faixa etária desempenhavam algum tipo de trabalho, assim como, na faixa etária de 20 a 24 anos, onde 64,4% trabalhavam, sendo que 49,7% tinham como atividade exclusiva o trabalho e 14,7% associavam o trabalho ao estudo (INSTITUTO

BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007). Percebe-se que, entre a intenção de um estudante que pretende ingressar na educação superior e seu efetivo ingresso, encontramos um importante obstáculo a transpor, relacionado à situação de trabalho. Por vezes o trabalho dificulta a escolarização, por vezes a ausência de trabalho impede a escolarização, demonstrando, dessa forma, a dificuldade de ajuste entre as exigências da escolarização e a necessidade de trabalhar, vivida por um contingente expressivo do alunado (VARGAS; PAULA, 2013).

Estudo que utilizou dados oficiais das sinopses estatísticas da Educação Superior (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2012) para estimar o percentual de concluintes em período equivalente a um ciclo de graduação (5 anos), observou que, cerca de um terço dos alunos entre ingressantes e concluintes evadem - um percentual elevado considerando a qualidade e gratuidade do ensino e o investimento nacional no mesmo - e a proporção de concluintes em relação à de ingressantes vem decaindo discretamente de 2001 a 2010. As evasões podem ser multicausais (VARGAS; PAULA, 2013), porém, considerando-se que, em 2010, do universo dos estudantes das IFES, 37,63% trabalhavam, e que os estudantes que mais exercem atividade não acadêmica remunerada regularmente são os das classes econômicas C, D e E, que perfazem 30,4% (ANDIFES-FONAPRACE, 2011), a hipótese da situação de trabalho como obstáculo à educação superior deve ser computada como plenamente razoável (VARGAS; PAULA, 2013).

Em 2011, Toassi *et al.* avaliaram o perfil sociodemográfico dos estudantes do curso de Odontologia da UFRGS antes da implementação do REUNI, mostrando uma predominância de estudantes mulheres, jovens, solteiras e sem filhos. Os estudantes, em sua maioria, eram advindos de famílias com alto nível de escolaridade, onde a maior parte dos pais apresentava nível superior completo (56,4% das mães e 51,4% dos pais) e haviam realizado o ensino fundamental e médio em escolas particulares. Quanto ao exercício de atividade remunerada, 93,9% dos estudantes afirmaram não estarem trabalhando no momento e 71,4% deles nunca haviam exercido atividade profissional remunerada. A maior concentração de renda familiar ficou entre 6 a 10 salários mínimos, ou seja, de R\$ 3.060,00 a R\$ 5.100,00.

Em 2014, novo estudo avaliou o perfil sociodemográfico dos estudantes do curso de Odontologia da UFRGS, após implementação do REUNI e criação do curso noturno, em que participaram os estudantes ingressantes do curso nos anos de 2010,

2011 e 2012. Os resultados demonstraram que, assim como no estudo de 2011, a maioria dos estudantes investigados eram mulheres, jovens, brancas, solteiras e sem filhos. No que se referiu à formação no ensino fundamental e médio, entretanto, a maior parte desses estudantes o realizaram exclusivamente em escola pública. Quanto à inserção no mercado de trabalho, mais da metade desses estudantes trabalhava (55,7%) e dados referentes à família dos estudantes mostraram que apenas 29,6% dos pais e 34,7% das mães apresentavam ensino superior completo. A renda familiar mensal para a maior parte dos estudantes foi de 1 a 5 salários mínimos (SOUZA; WESCHENFELDER; TOASSI, 2014).

De acordo com os dados de 2010 compilados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) mais da metade (52,5%) dos estudantes de cursos noturnos são das classes C, D e E, enquanto as classes A e B predominam no matutino (57,9%) e no integral (65,3%) (ANDIFES-FONAPRACE, 2011), dados que vão ao encontro aos resultados obtidos nos estudos realizados pela Faculdade de Odontologia da UFRGS quanto ao perfil sociodemográfico dos estudantes no tocante a renda.

A mudança no perfil sociodemográfico dos estudantes de Odontologia que está acontecendo a partir da implantação do REUNI na UFRGS, demonstra a necessidade do “acompanhamento permanente dos estudantes ao longo do curso e também da experiência concreta de ampliação de vagas e cursos vinculados ao projeto REUNI nas universidades federais do país, buscando verificar se os objetivos estão sendo alcançados” (SOUZA; WESCHENFELDER; TOASSI, 2014, p. 23).

A ênfase na política de ampliação do acesso não esgota o projeto de democratização da educação superior. Esse processo só se completará se tivermos igual proporção de crescimento na taxa de concluintes, com inclusão crescente das camadas marginalizadas socialmente, sobretudo dos estudantes de baixa renda. É necessário visar com igual ênfase o final do processo: a conclusão, com êxito, dos cursos superiores, incluindo nesses índices as camadas subalternizadas da população (VARGAS; PAULA, 2013, p. 464).

3 METODOLOGIA

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) faz parte de uma pesquisa maior, de delineamento transversal observacional, vinculada ao Programa de Educação Tutorial (PET) – Conexões de Saberes: Cenários de Práticas e Estágios Curriculares Noturnos, coordenado pelas professoras Tatiana Reidel e Mailiz Garibotti Lusa, intitulada ‘Perfil, condições e desafios da formação do(a)s estudantes de graduação noturna da saúde/UFRGS: Serviço Social, Odontologia, Psicologia e Saúde Coletiva’ (REIDEL *et al.*, 2019). A pesquisa foi aprovada pela Comissão de Pesquisa do Instituto de Psicologia (COMPESQ-IP, nº 38625), e pelo Comitê de Ética também do Instituto de Psicologia (CEP-IP) pela Plataforma Brasil (CAAE: 26126819.0.0000.5334, Parecer nº 3.785.026). Todos os estudantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A memória da reunião do grupo PET e as cartas de anuência das professoras coordenadoras do PET com a concordância da utilização neste TCC dos dados produzidos pela pesquisa maior estão apresentadas nos Anexos A, B e C. O projeto de TCC foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Odontologia (Projeto nº 39996). O parecer de aprovação do CEP encontra-se no Anexo D.

Foram convidados a participar da pesquisa, todos os 175 estudantes matriculados no curso noturno de Odontologia da UFRGS, de todos os semestres, no período de janeiro a junho de 2019. A delimitação da amostra ocorreu por meio da adesão e aceite voluntário dos estudantes.

A coleta de dados foi realizada por meio do preenchimento de um instrumento *online* (21 questões objetivas e quatro questões abertas – APÊNDICE A). Para a realização da coleta de dados da pesquisa maior, os pesquisadores estabeleceram, inicialmente, contato com a coordenação do curso de Odontologia para apresentação da pesquisa, seus objetivos e metodologia, bem como apresentado o Termo de Concordância Institucional para realização da pesquisa. Após o aceite, foi enviado por *e-mail* para os estudantes por meio da Comissão de Graduação (ComGrad), o convite para participar da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a leitura e concordância em participar, ao encaminhar o TCLE, o (a) participante acessou o instrumento de pesquisa, cujo preenchimento ocorreu on-line em plataforma específica (*Googleforms*), que conteve, quase que majoritariamente perguntas fechadas que visou contemplar os objetivos da pesquisa e cinco questões abertas onde os participantes manifestaram-se livremente sobre o tema da pesquisa. Um estudo

piloto foi previamente realizado.

O tempo em que o questionário esteve disponível para preenchimento foi de 4 (quatro) meses e a duração de tempo do preenchimento foi em média de aproximadamente 17 minutos.

3.1 VARIÁVEIS ANALISADAS

Foram analisadas as variáveis relacionadas ao perfil sociodemográfico-familiar dos estudantes de Odontologia – curso noturno – e condições de permanência por eles vivenciadas durante sua formação (barreiras e facilitadores) (Quadro 1).

Quadro 1 – Variáveis analisadas no estudo.

VARIÁVEIS DO ESTUDO	QUESTÕES ANALISADAS
Perfil sociodemográfico-familiar	Idade (anos), gênero de identificação, raça/cor, estado civil, cidade de residência, presença de filhos, formação no ensino fundamental e médio, trabalha atualmente, sustento, reside com a família, renda individual mensal, bairro que reside e se é o primeiro membro do núcleo familiar a cursar faculdade (autorreferidas)
Barreiras de permanência	Barreiras para a permanência do estudante no curso (aspectos organizacionais da Universidade, assistência estudantil, experiências do estudante no curso, particularidades do trabalhador-estudante)
Facilitadores da permanência	Aspectos/condições facilitadoras da permanência do estudante no curso (aspectos organizacionais da Universidade, assistência estudantil, experiências do estudante no curso, particularidades do trabalhador-estudante)

Fonte: Os autores.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados quantitativos foi realizada pela distribuição de frequência de cada variável (estatística descritiva). Os dados qualitativos produzidos pelas questões abertas do instrumento foram analisados pelo método da análise temática de conteúdo (BARDIN, 2011).

Para preservar a identidade dos participantes, números foram utilizados para codificar a forma como os estudantes foram identificados ao responderem o instrumento online (IOE1 a IOE55).

4 RESULTADOS

Os resultados estão apresentados em três categorias emergentes: caracterização dos estudantes participantes do estudo; condições que afetam a permanência dos estudantes no curso/barreiras e facilitadores da permanência dos estudantes no curso.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES PARTICIPANTES DO ESTUDO

Dos 175 estudantes matriculados no curso noturno de Odontologia na UFRGS no período do estudo, 55 participaram da pesquisa (percentual de resposta de 31%). A amostra foi constituída, em sua maioria por mulheres (85,5%), com idades entre 25 e 35 anos (61,8% - média de idade de 26,6 anos), brancos (56,4%), solteiros (83,6%), sem filhos (92,7%) e residentes em Porto Alegre (81,8%).

Em relação à formação no ensino fundamental e médio, 72,7% dos estudantes cursaram, exclusivamente, escola pública e 25,5% escola privada, respectivamente. Pouco mais da metade destes estudantes trabalham (50,9%), mas contam com o apoio familiar para seu sustento (50,9%) e ainda residem com a família (52,7%). A renda individual mensal foi de 1 a 1 ½ salários mínimos para 21,8% dos estudantes, menor que ½ salário mínimo para 16,4% e ½ a 1 salário mínimo para 14,5%. Em relação a classificação do bairro em que residem, 70,9% relataram morar em bairros considerados de classe média e 50,9% dos entrevistados não são os primeiros membros do núcleo familiar a cursar faculdade (Tabela 1).

Tabela 1 – Perfil autorreferido dos estudantes participantes do estudo.

VARIÁVEIS	n	%
Idade (anos)		
19-24	17	30,9
25-35	34	61,8
36-57	4	7,3
Gênero de identificação		
Feminino	47	85,5
Masculino	8	14,5
Raça/cor		
Branca	31	56,4
Parda	17	30,9
Preta	7	12,7
Estado civil		
Casado (a)	1	1,8
Divorciado (a)	1	1,8
Separado (a)	1	1,8
Solteiro (a)	46	83,6
União Estável	6	11,0
Cidade de Residência		
Porto Alegre	45	81,8
Região Metropolitana	10	18,2
Presença de filhos		
Não	51	92,7
Sim	4	7,3
Formação no Ensino Fundamental e Médio		
Escola Particular	14	25,5
Escola particular com bolsa integral	1	1,8
Escola Pública	40	72,7
Trabalha atualmente		
Sim	28	50,9

Não	27	49,1
Sustento		
Conta com o apoio familiar	28	50,9
Contribui com a renda familiar	9	16,4
É o principal responsável	16	29,1
Recebe ajuda de custo de outra pessoa que não um familiar	2	3,6
Reside com a família		
Não	26	47,3
Sim	29	52,7
Renda individual		
Menos de ½ salário mínimo (< R\$519,50)	9	16,4
De ½ a 1 salário mínimo (R\$519,50 – R\$1.039,00)	8	14,5
De 1 a 1 ½ salários mínimos (R\$1.039,00 – R\$ 1.558,50)	12	21,8
De 1 ½ a 2 salários mínimos (R\$ 1.558,50– R\$ 2.078,00)	6	10,9
De 2 a 3 salários mínimos (R\$ 2.078,00– R\$ 3.117,00)	5	9,1
Mais que três salários mínimos (R\$ 3.117,00 ou mais)	5	9,1
Não declarado	10	18,2
Bairro que reside		
Bairro de Classe média	39	70,9
Bairro de Classe Média Alta	2	3,6
Bairro periférico (Comunidade/Favela / Morro / Vila / Loteamento popular/Conjunto Habitacional)	14	25,5
Primeiro membro do núcleo familiar a cursar faculdade		
Sim	27	49,1
Não	28	50,9
TOTAL	55	100,0

Fonte: Os autores.

4.2 CONDIÇÕES QUE AFETAM A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NO CURSO/BARREIRAS

Os estudantes perceberam que a permanência no curso noturno de Odontologia pode ser afetada por diferentes condições relacionadas à questão

financeira dos estudantes e suas famílias, a aspectos organizacionais da Universidade e do curso (horários de serviços/setores; sorteio e burocratização para a utilização do estacionamento, não possibilidade de quebra pré-requisitos para o avanço do curso em caso de reprovações), à condição de ser estudante trabalhador, à relação com os professores, à insegurança em torno do campus da Universidade na entrada e saída dos estudantes no período noturno, além do tempo de deslocamento do trabalho até a Faculdade e tempo de duração do curso.

Foram relatadas dificuldades financeiras para a compra de materiais odontológicos obrigatórios nas atividades pré-clínicas e clínicas realizadas na Universidade e a necessidade de trabalharem para terem condições que lhes permitam estudar, comprar tais materiais e ainda participarem da complementação da renda familiar.

Falta de dinheiro para comprar materiais [...]. (IOE6)

[...] os valores exorbitantes dos materiais para as Clínicas de Odontologia, que se não os tenho não participo da disciplina. (IOE23)

[...] é muito difícil trabalhar todo o dia, fazer algo voluntário para ter currículo, e juntar dinheiro para pagar os materiais e ajudar em casa. (IOE17)

A questão econômica também é muito importante, pois a compra de materiais é algo muito onerosa. (IOE11)

Dificuldade financeira [...]. (IOE29)

Questão financeira [...]. (IOE31)

[...] ter dinheiro para o material do curso. (IOE23)

Em relação à organização da Universidade, os horários restritos de serviços e setores da estrutura de apoio ao estudante do curso noturno – como Restaurante Universitário (RU), biblioteca, Comissão de Graduação (ComGrad), Secretaria, Direção, bar, sorteio de estacionamento – foram destacados como barreiras à permanência no curso.

Gostaria de frequentar mais o RU, porém o horário não permite. Dificuldade de acesso à biblioteca devido ao horário e também das áreas administrativas da faculdade, como a ComGrad. (IOE7)

[...] horários de biblioteca até às 18h30min. (IOE31)

Encontrar recursos humanos e didáticos abertos no horário das 18:30 em diante [...] Não temos salas de estudos, a biblioteca não fica aberta, a ComGrad muitas vezes se resume a uma pessoa para atendimento. (IOE14)

[...] existem serviços da faculdade que não são acessíveis aos alunos do noturno no curso de Odontologia, como por exemplo a biblioteca, que fecha às 18h30min, que é o horário que começam as nossas aulas, é muito difícil conseguir retirar livros lá sendo do noturno e trabalhando durante o dia. Os alunos do noturno deveriam ter preferência na fila do RU para o horário da janta, pois é muito próximo o horário que podemos jantar após o serviço e a entrada na aula. (IOE34)

A biblioteca que em muitos períodos fecha às 18:30 horário de início das aulas do curso noturno, diretoria/secretaria que também tinha horário reduzido para atendimento aos alunos do noturno, penso que deveriam ter pessoas que pudessem trabalhar em todo o período também de aula noturna. (IOE42)

[...] a biblioteca fecha às 18h30min, sendo que é essa a hora de início de nossa aula! Para quem trabalha durante o dia longe da faculdade é muito difícil conseguir pegar um livro do próprio curso! Bem como resolver as demandas como se inscrever nas disciplinas/"estágios" de acompanhamento clínico, por exemplo, que exige inscrição pessoalmente em horário comercial. (IOE47)

Biblioteca fechada, bar fechando cedo [...] Não entendo porque todo semestre existe sorteio para o estacionamento, todo semestre entregamos os mesmos documentos, como se todos trocassem de carro de 6 em 6 meses. Também não faz sentido ter sorteio para o noturno se tem sempre várias vagas sobrando. A UFRGS precisa se desburocratizar. (IOE10)

[...] tudo que se tem no período da noite é mais restrito, desde limpeza das dependências até horário de funcionamento da biblioteca, que atualmente não abre à noite. (IOE14)

Para os estudantes trabalhadores do curso noturno, os desafios se potencializam. Há relatos de dificuldade de tempo para estudar, para realizar os estágios obrigatórios, participar de atividades extracurriculares durante a semana de trabalho e até de atividades curriculares de observação propostas pelos professores no turno diurno.

Como trabalho durante o dia, sinto dificuldade no tempo para estudar, tempo para realizar os estágios obrigatórios, tempo para participar de outras atividades da graduação como cursos e palestras. (IOE15)

Dificuldade eu diria de participar de atividades extraclasse devido à falta de tempo durante a semana e à inexistência dessas aos sábados, que poderia ser uma alternativa. Dificuldade quando é exigido um trabalho de observação

em clínicas diurnas que você não pode participar devido ao seu trabalho ser incompatível com horário de funcionamento dessa clínica e não ter alternativa no noturno. A alternativa é não participar dessa observação e vivência apenas confeccionar a parte escrita, pesquisa e apresentação. Além disso ouvir do professor: "tu não consegues vir um dia somente para acompanhar?" Como se fosse má vontade do aluno. (IOE23)

[Ausência de] tempo livre para realização de trabalhos, estudos e dinâmicas ofertadas pela faculdade [...]. (IOE31)

As principais dificuldades estão em equilibrar trabalho e estudo de forma que eu consiga ser competente em ambos, realizando minhas atividades laborais corretamente e mantendo boas notas e domínio dos conteúdos nos prazos dados, com tempo restrito que possuo por ter 8 horas diárias comprometidas com trabalho e o deslocamento para a faculdade de ida e volta. A Universidade não pensa em contemplar os alunos do noturno na imensa maioria das atividades, pois os horários sempre são inacessíveis para quem trabalha. (IOE47)

[...] a escassez de tempo para cumprir metas estabelecidas. (IOE11)

Falta de tempo. (IOE16)

[...] sinto dificuldade no tempo para estudar [...]. (IOE15)

Pouco tempo para estudo, com todas as provas na mesma semana. (IOE46)

[...] nem mesmo nas Semanas Acadêmicas há cursos noturnos. [...]. (IOE23)

Alia-se a esta questão do tempo para o estudante trabalhador conciliar vida profissional e acadêmica, o horário de início das aulas que promove dificuldades para os deslocamentos do trabalho para a Universidade, o que faz com que este estudante nem sempre consiga chegar no horário previsto para o início das aulas.

[...] muitas vezes o deslocamento do trabalho para o curso demora mais do que seria desejado e o aluno chega mais tarde. (IOE47)

[...] deslocamento para a faculdade de ida e volta, tanto que resolvi me mudar para mais perto da faculdade no ano passado porque era muito caro, perigoso e extremamente cansativo ir e voltar da faculdade de onde eu morava [...]. (IOE47)

O deslocamento também faz diferença, no meu caso, se não tivesse veículo próprio seria quase impossível retornar para casa com segurança. Para isso a demanda econômica também acaba sendo importante. (IOE11)

Outro aspecto que emergiu da análise das respostas dos estudantes quando falaram das dificuldades para permanecer no curso referiu-se aos docentes. Os estudantes perceberam professores que em determinados contextos pareciam “não

gostar de dar aulas à noite” (Estudante nº 13), que nem sempre utilizavam todo o “horário estipulado” da aula, [...] “forçando mais empenho fora de aula” (Estudante nº 32). Também relataram “dificuldade de acesso aos professores, porque à noite a maioria dos professores não está na faculdade” (IOE39).

Os estudantes trabalhadores reforçam sua limitação do tempo disponível para o estudo e as dificuldades que possuem para realizar tarefas e estudar uma grande quantidade de conteúdo fora do horário das aulas. Entendem que precisariam conseguir mais tempo para o estudo.

[...] Não temos o mesmo tempo disponível para se dedicar às atividades extracurriculares e tarefas EaD. (IOE7)

Acredito que os alunos que trabalham devem ter atenção especial da Universidade devido à falta de tempo que eles têm para realizar atividades fora do horário noturno por causa do serviço. (IOE18)

Conseguir mais tempo de estudo [...]. (IOE37)

Para as situações de reprovação no curso, o oferecimento anual de disciplinas e os pré-requisitos exigidos para o avanço no currículo trazem, aos estudantes do curso noturno, um sentimento de desmotivação.

Os alunos que não passaram em algumas cadeiras [...] são prejudicados pelo fato das cadeiras serem anuais, e a quebra de pré-requisito quase nunca ajudar, existem alunos que conseguem liberar somente uma cadeira para o próximo semestre quando com D em alguma matéria do semestre anterior, a forma de liberação de cadeiras devia ser mais flexível, um aluno que consegue fazer somente uma cadeira no semestre se sente desmotivado. (IOE33)

Acredito que uma dificuldade é o fato de o curso ser anual. (IOE38)

[...] O fato do ingresso do curso noturno em odontologia ser anual também é um grande problema, pois se algum aluno reprova em uma matéria do semestre ele fica preso 1 ano até poder fazer ela novamente e isso aumenta MUITO o tempo de um curso que já longo [...]. (IOE34)

A principal demanda do aluno noturno é o semestre ocioso que existe entre uma reprovação. Deveria ao menos ser mais flexível a quebra de pré-requisito [...]. (IOE18)

[...] E em caso de reprovação em alguma cadeira, só conseguimos refazê-la 1 ano depois. (IOE33)

[...] estudar ao máximo para não rodar, porque se isso acontecer é a diferença de esperar 1 ano para repetir a cadeira. (IOE25)

[...] quando repetimos uma cadeira, ficamos bem dizer 1 ano parados, para repetir no semestre que oferece a cadeira. (IOE37)

Flexibilidade na quebra de pré-requisitos e liberação de alunos cursarem turnos opostos. (IOE35)

Os estudantes evidenciam a necessidade do conhecimento da Universidade e reflexão sobre o perfil do estudante do curso noturno em relação ao diurno. Na perspectiva dos estudantes, “[...] alguns professores não são nada flexíveis e não entendem que a maioria trabalha durante o dia e chega cansado [...]” (IOE50), “não oferecem flexibilidade independentemente da realidade do aluno” (IOE39). Por vezes, estereótipos são percebidos em relação aos docentes sobre o estudante do curso noturno e seu comprometimento com o curso de graduação que está realizando.

[...] podem haver alguns professores (felizmente poucos) que tratam o noturno com desdém e se utilizam de um discurso velado que dá a entender que os alunos do noturno são menos comprometidos que os do diurno por não estarem sempre disponíveis [...] (IOE34)

[...] alguns professores têm uma certa "implicância" com alunos do noturno por não terem dedicação exclusiva com a faculdade [...] que alguns entendem como falta de comprometimento. (IOE47)

O longo tempo de duração do curso noturno de 16 semestres também foi identificado pelos estudantes como barreira e aspecto desmotivador da permanência.

Duração do curso. (IOE03)

Tempo de curso. (IOE13)

O longo tempo para ser formar [...]. (IOE37)

Demora muito para se formar. (IOE43)

Tempo muito longo [...]. (IOE26)

O tempo que demora para concluir o curso. (IOE28)

O tempo de graduação alto [...]. (IOE49)

Cansaço e o tempo de curso (anos de graduação). (IOE51)

A segurança em torno do campus também foi relatada pelos estudantes com preocupação, podendo estar associada a um aspecto dificultador da permanência.

[...] se não tivesse veículo próprio seria quase impossível retornar para casa com segurança. (IOE11)

[...] insegurança no entorno do campus [...]. (IOE21)

Segurança na saída da aula. (IOE29)

[...] Reforço na segurança não só patrimonial, mas também da comunidade acadêmica [...]. (IOE11)

Retorno para a casa é sempre um problema por ser perigoso. (IOE46)

Tenho dificuldade de ir embora à noite pelo perigo [...]. (IOE16)

4.3 FACILITADORES DA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NO CURSO

Os estudantes do curso noturno reconhecem na Universidade estratégias que facilitam sua permanência no curso como a criação do 'Auxílio Material de Ensino Odontologia', bem como fazem sugestões, sendo elas: a existência de atividades extracurriculares aos sábados, possibilidade de ser aluno especial em turma do curso diurno em determinada disciplina, tempo adequado para preparação para provas e trabalhos, possibilidade de aulas e atividades de educação a distância (EaD) e a realização de acompanhamento psicológico.

O 'Auxílio Material de Ensino Odontologia' destacou-se nos relatos dos estudantes como uma grande conquista que advém das políticas de permanência da Universidade.

[...] agora foi solucionado pelo Auxílio Material de Ensino Odontologia, o qual disponibiliza um valor considerável para aquisição desses materiais! (IOE23)

Com o intuito de evitar reprovações e evasão em um curso de duração prolongada e no qual uma reprovação significa o aumento do tempo de curso em um ano, uma vez que as disciplinas são oferecidas anualmente, estudantes sugeriram a possibilidade de ser aluno especial na mesma turma em disciplina na qual tivesse dificuldade – no curso diurno de Odontologia, para os alunos que têm disponibilidade.

[...] como a maioria é trabalhador e não tem tanto tempo disponível, acredito que poderiam abrir possibilidade para que quando aluno tivesse dificuldade em uma matéria, ele pudesse ser aluno ouvinte [aluno especial] em outra turma, reforçando o conteúdo e evitando a repetência. Pois quem repete muito acaba desistindo do curso. (IOE37)

Os estudantes sugerem alternativas que poderiam tornar sua trajetória acadêmica mais articulada à sua realidade de aluno trabalhador, que não tem dedicação exclusiva aos estudos. O oferecimento de atividades extracurriculares aos

sábados, dia em que há maior disponibilidade para a realização de atividades relacionadas à graduação, aparece como uma estratégia que poderia facilitar a permanência do estudante no curso.

[...] atividades extraclasse devido à falta de tempo durante a semana e à inexistência dessas aos sábados, que poderia ser uma alternativa [...] (IOE23)

Reconhecer a disponibilidade de tempo que o aluno trabalhador não tem durante a semana e como solução darem alternativas aos sábados ou até mesmo durante a noite [...] (IOE23)

Da mesma forma, para esses estudantes trabalhadores, é muito importante que sejam oferecidos prazos ampliados possibilitando que se preparem para provas e trabalhos, assim como a tolerância dos docentes com os eventuais atrasos provenientes do deslocamento do trabalho até a Universidade. O respeito a tais particularidades constitui-se, na perspectiva dos estudantes, como facilitador da permanência no curso.

Tempo disponível para realizações de tarefas e estágio. (IOE44)

Deveria ser levado em conta que estudantes que trabalham não têm o mesmo tempo de quem não trabalha, para realizar as atividades. (IOE46)

Mais organização dos professores em relação a quantidade e data das provas, a fim de não sobrecarregar os alunos no final do semestre, dando-lhes tempo para estudo. (IOE54)

[...] São alunos com menos disponibilidade de horários, então não podem ser cobrados com prazos extremamente curtos e intransigentes, tolerância no horário de entrada também deve existir como regra porque a aula da universidade começa cedo [...] (IOE47)

Os estudantes apontaram como uma possibilidade de otimização de tempo em seus estudos o oferecimento de disciplinas e atividades EaD.

[...] possibilidade de aulas e atividades EaD. (IOE15)

Por fim, os estudantes entendem como facilitador da permanência no curso, a realização de “acompanhamento psicológico desde o início do curso” (IOE23), para que possam lidar com a rotina de ser um estudante trabalhador de Odontologia.

5 DISCUSSÃO

Mudanças nas políticas de saúde (PUCCA JÚNIOR *et al.*, 2015) e de educação no Brasil (ABENO, 2007; BRASIL, 2007) impulsionaram o movimento de reorientação na educação de profissionais da saúde. A intenção foi a formação de uma força de trabalho em saúde apta a enfrentar a complexidade dos problemas prevalentes de saúde do país, aliando a oportunidade da ampliação de vagas em cursos noturnos, priorizando o acesso do estudante trabalhador (BRASIL, 2007).

Na UFRGS, o REUNI possibilitou a ampliação do número de vagas oferecidas tradicionalmente no curso diurno de Odontologia, com vagas exclusivamente no turno da noite, buscando atender a demanda de trabalhadores que dispõem somente desse período para realizar sua formação acadêmica (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010). Esta pesquisa se propôs a analisar o perfil sociodemográfico-familiar de estudantes do curso noturno, bem como as condições de permanência (barreiras e facilitadores) destes estudantes no ensino superior.

Os resultados desta pesquisa mostraram um perfil de estudantes com predomínio de mulheres (85,5%), de 25 a 35 anos de idade (61,8%), brancas (56,4%), solteiras (83,6%) e sem filhos (92,7%), com formação no ensino fundamental e médio exclusivamente escola pública 72,7% e 25,5% escola privada. Destes, 52,7% residem com a família e 50,9% trabalham, sendo que 29,1% são os principais responsáveis pelo seu sustento, onde para 41,8% dos estudantes a renda mensal foi de 1 a 3 salários mínimos.

Pesquisa anteriormente realizada com os ingressantes do curso noturno de Odontologia da UFRGS, no período de 2010 a 2012 (SOUZA; WESCHENFELDER; TOASSI, 2014), identificou resultados semelhantes no perfil discente relacionado ao predomínio de mulheres (67,1%), solteiros (85,2%), sem filhos (69,3%), que residiam com os pais (56,9%), trabalhavam (55,7%) e apresentavam renda individual mensal de 1 a 3 salários mínimos (40,9%). Apesar do percentual de trabalhadores também ser similar em ambos os estudos, em 2010-2012, apenas cinco pesquisados (10,2%) eram os principais responsáveis por seu sustento, ao passo que, nesta pesquisa, o percentual de principais responsáveis por seu sustento foi de 29,1%, o que sugere um aumento no número de estudantes que têm necessidade da manutenção do trabalho em sua vida.

Outra variável que mostrou diferença foi a faixa etária dos estudantes. Entre 2010-2012 (SOUZA; WESCHENFELDER; TOASSI, 2014), a maior parte da amostra foi constituída por estudantes jovens, de 17 a 22 anos de idade (60,2%). Neste estudo, 61,8% dos estudantes apresentaram idades entre 25 a 35 anos. Também foi constatada a redução do percentual de estudantes que se autodeclararam brancos (85,2% em 2010-2012) para 56,4%. Quanto à formação do ensino fundamental e médio, houve um aumento do número de estudantes oriundos do sistema público de ensino, que passou de 39,7% e 46,5%, respectivamente, em 2010-2012 (SOUZA; WESCHENFELDER; TOASSI, 2014) para 72,7% neste estudo.

O aumento observado no número de estudantes oriundos do sistema público de ensino bem como a redução do percentual de alunos autodeclarados brancos pode ser justificado pelo aumento da reserva de vagas, prevista pela Lei Federal 12.711/12, que instituiu que, a partir de 2016, 50% das vagas nas instituições federais de ensino superior (IFES) deveriam ser reservadas a estudantes concluintes do ensino médio, em escolas públicas. Neste contexto, a UFRGS, que em 2013 ofertava apenas 30% de suas vagas para alunos cotistas, em 2014 aumentou esse percentual para 40% e a partir de 2016 passou a destinar 50% do total de vagas oferecidas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Pouco menos da metade (49,1%) dos estudantes pesquisados foram os primeiros membros do núcleo familiar a cursarem a Educação Superior, porcentagem superior aos 22,7% observados entre 2010-2012 (SOUZA; WESCHENFELDER; TOASSI, 2014), e aos 32,6% observados entre 2010-2019 (LAMERS, 2021). Este resultado sugere uma tendência de ampliação do acesso a essa modalidade de ensino, ainda elitizada no país. Para Lamers (2021, p. 176), “quando os filhos superam o nível de escolaridade de seus pais, ocorre mobilidade educacional com tendência à mobilidade social”.

Em relação à escolaridade dos pais, 27,7% dos ingressantes do curso noturno (2010-2019) tinham ensino superior completo (LAMERS, 2021) e 40,7% dos concluintes (2017-2019) (OLSSON; LAMERS; TOASSI, 2020), indicando que ter pais com ensino superior completo possa ser um facilitador da permanência do estudante no curso, até sua conclusão.

O ambiente familiar é um determinante importante do nível educacional dos indivíduos no Brasil (BARROS; FOGUEL; ULYSSES, 2006). Trabalhadores cujos pais ou mães alcançaram níveis mais altos de educação tendem a apresentar, em média,

mais anos de estudo do que aqueles cujos os pais ou mães adquiriram menos anos de escolaridade, assim como, apresentam maiores retornos à escolaridade (REIS; RAMOS, 2011).

De 2010 a 2019, o percentual de estudantes brancos também foi maior entre os concluintes (91,2%) do que nos ingressantes (75,5%), assim como os egressos de escola pública (ingressantes 53,3% e concluintes 47,1%). Esse comparativo dá indícios de que as políticas que promoveram maior democratização para o ingresso de grupos sociais em desvantagem no curso noturno de Odontologia ainda não são suficientes para reduzir as assimetrias sociais na conclusão da formação (LAMERS, 2021).

Para Campello (2017), a manutenção da desigualdade em educação é um dos fatores que mais determinam a dinâmica de exclusão e a perpetuação da pobreza, assim como uma maior escolaridade significa mais acesso à informação, aproveitamento de oportunidades e expansão do exercício da cidadania.

Comparando os resultados desta pesquisa com os do estudo realizado em 2011 com estudantes do curso diurno de Odontologia da UFRGS (TOASSI *et al.*, 2011), observa-se similaridades entre as variáveis: predomínio de mulheres, solteiros, sem filhos. Quanto às diferenças, houve um maior número de estudantes oriundos do sistema privado de ensino que não exercem atividade remunerada, o que indica um perfil de estudantes provenientes das classes mais abastadas da sociedade, que podem dedicar-se somente aos estudos, sem preocupações em relação ao seu sustento ou de sua família enquanto cursam a graduação.

A predominância de mulheres na amostra deste estudo vai ao encontro a um fenômeno que vem sendo observado na literatura, denominado feminização na área da saúde. No Brasil, dados do censo de 2000 revelam que as mulheres constituem a maior parte dos estudantes de nível superior na área da saúde, mesmo nas historicamente masculinas, como Medicina e Odontologia (MATOS; TOASSI; OLIVEIRA, 2013).

Neste estudo, os estudantes perceberam que a permanência no curso noturno pode ser afetada por diferentes condições, incluindo questões financeiras dos estudantes e suas famílias, aspectos organizacionais da Universidade, condição de ser estudante trabalhador, relação com os professores, oferecimento anual de disciplinas e seus pré-requisitos, a insegurança na chegada e saída do campus, deslocamento até a Universidade, tempo de duração do curso, dificuldade que os

estudantes trabalhadores têm em conciliar a vida acadêmica e o trabalho e o não oferecimento de atividades extracurriculares no período noturno. Resultados semelhantes foram verificados em estudo com estudantes no curso noturno da UFRGS (LAMERS; SANTOS; TOASSI, 2017).

[...] em relação a instituição de ensino, os estudantes apontaram como dificuldades para seu desempenho no curso questões específicas da estrutura física da instituição (salas de aula sem iluminação adequada para a utilização de equipamento de projeção à noite), a organização dos horários das disciplinas (disciplinas com grande carga horária concentrada em um único dia da semana) e a matrícula anual e não semestral nas disciplinas do curso noturno. Essa característica do curso faz com que os estudantes que reprovam tenham que esperar transcorrer um semestre inteiro para poder fazer a disciplina novamente (LAMERS; SANTOS; TOASSI, 2017, p. 19).

A avaliação da seriação aconselhada no curso noturno, ou seja, o aproveitamento do estudante em todas as disciplinas obrigatórias da sequência de etapas curriculares correspondentes ao número de semestres já cursados (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2013), mostra que 36,9% dos estudantes vinculados ao curso noturno, de 2010 a 2019, estavam fora da seriação aconselhada (LAMERS, 2021). Para os estudantes do curso diurno de Odontologia, esse valor é menor que 20% (OLSSON; LAMERS; TOASSI, 2020). São achados que demonstram que o estudante do curso noturno enfrenta maiores dificuldades em sua trajetória acadêmica.

As barreiras associadas às condições financeiras destes estudantes e suas famílias confirmam que o processo de democratização da educação superior contribuiu para o acesso de alunos com condições socioeconômicas desfavoráveis a este nível de ensino. Neste contexto, programas efetivos voltados para a permanência tornam-se fundamentais (ASSIS *et al.*, 2013), uma vez que o estudante com apoio financeiro tem melhores condições de integração social e acadêmica e assim maior chance de sucesso na conclusão do curso (CABRERA *et al.*, 1992).

Barreiras percebidas pelos estudantes relacionadas à infraestrutura da Universidade, bem como a aspectos organizacionais da Instituição, também foram identificadas em pesquisa com estudantes de cursos noturnos da saúde da UFRGS – Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Saúde Coletiva (REIDEL *et al.*, 2019).

Como o curso noturno propõe-se a oportunizar o ingresso de estudantes trabalhadores, os serviços necessários para sua formação devem estar presentes no turno da noite. Aspectos relacionados ao acesso e estrutura da biblioteca,

laboratórios, salas de aula e equipamentos, além de espaços de convivência, como cantina, centro acadêmico e áreas de vivência, podem se constituir como motivadores ou não para que o estudante deseje frequentar a instituição de ensino (TERRIBILI FILHO, 2009).

A insegurança em torno do campus universitário à noite, outra questão apontada pelos estudantes como dificultadora de sua permanência, é fator que surge em consequência da historicidade que abrange o Brasil, onde a consolidação da democracia vem sendo impactada pelo aumento da violência e da insegurança (CORDEIRO, 2014).

As universidades são ambientes de troca e produção de conhecimentos, espaços em que todos os indivíduos deveriam se sentir seguros. Retrata, entretanto, a sociedade e com isso, estão sujeitas a ocorrências de furtos, assaltos, homicídios e estupro (PIROLO; MORESCO, 2012), o que afeta o ambiente de aprendizagem.

Para Santos (2005), a Universidade necessita passar por reformas, que devem refletir em um projeto de país pautado por um amplo contrato político e social, no qual a segurança é um deles e o principal objetivo deveria ser responder positivamente às demandas sociais. Enfatiza-se, assim, a importância e a necessidade de tensionamento por medidas que possam conferir um maior sentimento de segurança para os estudantes, comunidade acadêmica, pacientes/familiares que acessam os serviços do Hospital de Ensino Odontológico e a sociedade como um todo.

Outro aspecto que se destacou nos resultados, foi a necessidade percebida pelos estudantes do reconhecimento da Universidade em relação às características e demandas específicas que envolve a presença de estudantes trabalhadores no curso de Odontologia. Espaços de formação docente incluindo a gestão e o corpo de servidores técnicos, discutindo a realidade vivenciada pelos estudantes que conciliam vida acadêmica e profissional, compartilhando estratégias e experiências, podem facilitar o processo de ensino-aprendizagem-avaliação, refletindo-se em apoio à permanência do estudante no curso.

O professor que assume o papel de mediador-facilitador das aprendizagens e que no relacionamento educador-educando organiza o tempo, as atividades, o espaço e promove trocas de experiências e de conhecimentos, aprendendo com a realidade do aluno e o aluno, no lugar de quem recebe ensinamentos, também ensina e aprende (SILVA; NAVARRO, 2012). Dessa forma, ao valorizar os saberes dos estudantes, de

modo especial dos que já estão inseridos em espaços de trabalho, o professor tem uma postura que favorece o estabelecimento de uma relação positiva entre o educando-educador e os conteúdos acadêmicos, despertando o interesse no aprendizado e potencializando o cumprimento de atividades e da participação nas aulas (VERA; FERREIRA, 2010).

Os estudantes trabalhadores apresentam dificuldade em conciliar a vida profissional com a vida acadêmica uma vez que, concomitante à escassez de tempo para os estudos, é constante a ‘queixa’ de falta de tempo para as questões relacionadas ao seu desenvolvimento (pessoal), sejam físicas (horas de sono suficientes, descanso, alimentação adequada), sejam psicológicas, como as consequências da falta de convívio com a família (GUIMARÃES, 2006).

A ‘falta de tempo’ para dedicarem-se ao estudo e participarem de atividades extracurriculares, muito presente nos relatos dos estudantes desta pesquisa, reforça a necessidade da atenção para as particularidades que pressupõe a formação em cursos noturnos, bem como as dificuldades que são peculiares destes estudantes, que não encontram períodos livres que possam se dedicar às atividades de ensino, para além daquelas vivenciadas durante as aulas (LAMERS; SANTOS; TOASSI, 2017).

A educação universitária deve promover o desenvolvimento de competências acadêmicas, cognitivas e pessoais e estas por sua vez devem ser promovidas por atividades curriculares e extracurriculares, tendo em vista a preparação dos estudantes para a vida, neste contexto, a universidade tem de preocupar-se com o sucesso acadêmico de todos os seus estudantes para além dos resultados obtidos em cada disciplina (SOUZA, 2014).

[...] o curso noturno ainda parece estar deslocado dentro da Faculdade de Odontologia, com pouca integração à vida acadêmica e distante do curso diurno. Estudantes que mudaram para o curso de período integral demonstraram satisfação com a possibilidade de participar de atividades acadêmicas extracurriculares (LAMERS; SANTOS; TOASSI, 2017, p. 18).

De modo geral, o estudante no Brasil concluía a formação acadêmica para depois ingressar no mercado de trabalho e exercer a atividade profissional. Observa-se mudanças neste contexto, o qual passa a contemplar uma dupla condição de estudante e também de trabalhador, que no lugar de estudar para poder trabalhar, trabalha para poder estudar (GONÇALVES, 1987). O trabalho, em diferentes

situações, precisa ser mantido na vida desse estudante, pois representa a própria condição de sobrevivência e a possibilidade de estudar desse trabalhador (SPOSITO, 1989).

Investigar a realidade dos indivíduos que estudam e trabalham, requer um maior entendimento da configuração do mundo atual, do momento histórico vivido e do reflexo destas transformações para o trabalho e para suas relações com os processos educativos (GUIMARÃES, 2006). Os censos anuais realizados de 2002 a 2009, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mostraram que o número de matrículas em cursos noturnos na educação superior brasileira é uma demanda crescente. Este fator acaba por ser um reflexo da condição socioeconômica do jovem brasileiro, que precisa trabalhar para estudar e neste contexto, exerce uma atividade profissional remunerada (não necessariamente associada à sua área de interesse) durante os anos do curso de graduação, a fim de obter recursos financeiros para sua permanência no curso, ou mesmo para contribuir com a renda familiar (TERRIBILI FILHO; RAPHAEL, 2009).

Este crescimento pode ser observado em censos anuais mais recentes (2010 a 2019) que apontam um crescente no número de matrículas em períodos noturnos até o ano de 2018 (BRASIL, 2020).

Aliado à condição de ser um estudante trabalhador, os deslocamentos do trabalho até a Universidade, que acontecem em horário de muita movimentação de veículos na cidade e somando-se a precarização do transporte público, podem provocar atrasos na chegada do estudante para o início das aulas, foi apontado como outro fator que pode afetar negativamente sua permanência no curso.

De acordo com Bernardino e Loch (2016), existe contradição entre o ensino superior e a necessidade de trabalhar, onde para se manter na condição de estudante-trabalhador, existem relações conflituosas entre os trabalhadores e os empregadores, onde o ônus, normalmente, tende para os primeiros, condição que pode afetar no atraso dos estudantes.

Os estudantes perceberam que o longo tempo de conclusão do curso, que é de 16 semestres (8 anos), mostrou-se um fator desmotivador para sua permanência, o que também foi observado em estudo anterior com os estudantes do curso noturno de 2010 a 2014.

Entre os estudantes que saíram do curso noturno, o principal motivo relatado para sua evasão foi o tempo de duração de oito anos (16 semestres), considerado muito longo quando comparado ao curso diurno de Odontologia da mesma instituição, que tem a duração de cinco anos (10 semestres) (LAMERS, SANTOS, TOASSI, 2017, p. 19).

Atenta a esta situação e aos relatos dos estudantes, em 2017, a Comissão de Graduação do curso de Odontologia autorizou uma concessão¹ que possibilitou que estudantes com disponibilidade pudessem solicitar uma flexibilização curricular. Esta flexibilização permitiu a realização dos estágios curriculares no SUS no período diurno (mediante análise prévia da ComGrad das vagas em cenários de prática), o que resultou na diminuição do tempo do curso noturno e representou um avanço para a permanência destes estudantes no curso.

Emergiram das falas dos estudantes, estratégias consideradas facilitadoras da sua permanência no curso de Odontologia. Facilitadores da permanência são ações institucionais implementadas pelas Universidades, que tem por finalidade oferecer aos estudantes ambientes favoráveis para o acesso ao conhecimento. Os facilitadores permitem que os graduandos participem mais da vida acadêmica da instituição e sintam-se realmente integrantes da comunidade universitária (CASTRO; ALMEIDA, 2014), assegurando o direito à educação de qualidade (FERREIRA; PEIXOTO, 2018).

Os estudantes reconhecem o 'Auxílio Material de Ensino Odontologia' como estratégia facilitadora. O auxílio destaca-se como estratégia facilitadora da permanência no curso para os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Criado em 2018, o Auxílio passou a agregar um conjunto de benefícios disponibilizados aos estudantes beneficiários da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). São beneficiários da PRAE os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e os benefícios têm como objetivo dar condições de permanência e conclusão do curso de graduação, sendo eles: Restaurante Universitário (RU) gratuito, Auxílio-Material de Ensino (AME) destinado para a compra de materiais gerais para estudo, Auxílio-Creche, Moradia Estudantil, Auxílio-Saúde (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2018). Atende à demanda relacionada à dificuldade financeira enfrentada por esses estudantes para a obtenção dos materiais, considerando seu alto custo. É destinado à compra de materiais para uso nas disciplinas com atividades

¹ Informação obtida da Comissão de Graduação do Curso de Odontologia por comunicação de e-mail recebida em 24 de junho de 2021.

práticas obrigatórias a serem cursadas no semestre vigente (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Os estudantes sugerem que a Universidade possa ampliar o oferecimento de oportunidades extracurriculares aos sábados, de ter um tempo maior para preparação para provas e trabalhos, além de aulas e atividades EaD. Outra sugestão, visando a diminuição de reprovações, é que os alunos com dificuldades em determinadas disciplinas e disponibilidade de horário, possam cursá-las como aluno especial no curso diurno, como forma de fortalecer seu aprendizado. A modalidade de aluno especial foi oferecida na UFRGS até o ano de 2019, para candidatos diplomados de nível superior de graduação e lhes permitia cursar atividades de ensino isoladas de graduação, sem vínculo a nenhum curso, com o objetivo de complementar, atualizar, diversificar ou aprofundar seus conhecimentos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Demandas semelhantes foram encontradas em estudo prévio realizado com estudantes do curso noturno desta mesma Universidade.

A redução no tempo de formação foi a estratégia mais citada entre os estudantes e professores para promover a permanência no curso noturno. Para isso, sugeriram aulas aos sábados, oferecendo a possibilidade de o aluno cursar, no semestre seguinte, a disciplina em que foi reprovado, oferta de disciplinas utilizando a modalidade da educação a distância ou durante o período das férias acadêmicas (LAMERS; SANTOS; TOASSI, 2017, p. 20).

Por fim, os estudantes trouxeram a questão da saúde mental e sua relação nas condições de permanência no curso, indicando o acompanhamento psicológico durante a graduação, como um facilitador para o desenvolvimento e conclusão de sua trajetória no curso.

Desde que ingressam no curso de graduação, os estudantes enfrentam desafios. Observa-se uma prevalência elevada de transtornos relacionados à saúde mental entre universitários. É previsto que, cerca de 15 a 25% dos estudantes universitários irão apresentar algum transtorno mental durante sua formação (VASCONCELOS, 2015). É importante que a universidade ofereça programas que promovam a saúde mental dos estudantes, além do preparo para a realidade profissional e seus desafios (RAMOS *et al.*, 2018).

Este estudo apresenta limitações relacionadas ao tamanho da amostra (cerca de 30% do total de estudantes do curso noturno), especialmente, quanto ao resultado

do perfil sociodemográfico-familiar destes estudantes. Recomenda-se que os resultados encontrados sejam complementados por pesquisas que possam acompanhar estes estudantes ao longo de seu processo de formação na graduação e inserção profissional, assim como as novas turmas de ingressantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostraram um perfil de estudantes do curso noturno constituído por uma maioria de mulheres (85,5%), com idades entre 25 e 35 anos (61,8%), brancas (56,4%), solteiras (83,6%), sem filhos (92,7%) e residentes na cidade onde realizam o curso de graduação (81,8%). Cursaram o ensino fundamental e médio em escola pública (72,7%). Pouco mais da metade destes estudantes trabalham (50,9%), mas ainda residem com a família (52,7%) e contam com o apoio familiar para seu sustento (50,9%). A renda individual mensal foi de 1 a 1 ½ salários mínimos para 21,8% dos estudantes.

Os estudantes perceberam que a permanência no curso noturno pode ser afetada por diferentes condições relacionadas à questão financeira dos estudantes e suas famílias, a aspectos organizacionais da Universidade (horários de serviços/setores; possibilidade de quebra pré-requisitos para o avanço do curso em caso de reprovações; sorteio e burocratização para a utilização do estacionamento), à condição de ser estudante trabalhador, à relação com os professores e ao curso e a insegurança em torno do campus da Universidade na entrada e saída dos estudantes no período noturno, além do tempo de deslocamento até o campus.

O auxílio financeiro para obtenção de materiais odontológicos foi reconhecido como uma estratégia facilitadora da permanência no curso para estudantes que recebem benefício da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Os estudantes sugerem que sejam incorporadas à sua formação as seguintes estratégias facilitadoras: atividades extracurriculares aos sábados, possibilidade de ser aluno especial na mesma disciplina do curso diurno, tempo maior para preparação para provas e trabalhos, aulas e atividades EaD. Também reforçam a importância dos cuidados com a saúde mental ao longo do curso.

As políticas públicas de expansão do ensino superior representadas pelo REUNI, tiveram como principal objetivo a democratização desta modalidade de ensino, possibilitando a ampliação do acesso das camadas populares no ambiente acadêmico. A criação do curso noturno de Odontologia na UFRGS, em 2010, é uma conquista que advém dessas políticas.

Para além da ampliação do acesso, é importante o acompanhamento sobre os desdobramentos desta política, ou seja, compreender como a universidade está se adaptando para atender este aluno com perfil diversificado, bem como as condições

de permanência que enfrentam em sua trajetória acadêmica. Dar voz aos estudantes é uma forma de contribuir com a construção de alternativas para melhorias na formação, que devem ser pensadas de forma conjunta entre discentes, docentes e toda comunidade acadêmica.

Pesquisas futuras que possam complementar esta análise, incluindo a percepção de estudantes, docentes e gestores são recomendadas para consolidar o curso noturno de Odontologia como espaço de formação do estudante trabalhador da saúde na universidade pública.

7 A PALAVRA FINAL DOS AUTORES

Ao darmos visibilidade às demandas provenientes da fala dos estudantes e pautarmos os temas apresentados com a comunidade acadêmica, trazemos a reflexão acerca da importância de pensarmos, de forma conjunta, em ações que possam atuar na resolução das dificuldades vivenciadas por esses estudantes, principalmente os trabalhadores, que dispõe somente do turno noturno para realizarem todas as atividades relacionadas à graduação. São estudantes que se veem, muitas vezes, não contemplados dentro da estrutura da Universidade, ainda voltada para as necessidades dos estudantes em turno integral e que não oferece muitos serviços/atividades no turno noturno, o que atua diretamente na permanência no curso e qualidade do ensino.

Neste sentido, o presente estudo teve a intenção de atuar como colaborador na construção de um curso noturno realmente voltado a atender as necessidades dos estudantes noturnos, que considere e respeite suas particularidades, sendo um ambiente acolhedor e viável a sua realidade, o que influencia diretamente em melhores condições de permanência e conclusão do curso para esses estudantes. Por meio dos facilitadores, os próprios participantes da pesquisa indicam alternativas e possíveis formas de readequação de atividades, que podem ser avaliadas na criação de propostas de melhorias que visem à permanência.

A ampliação de vagas nas universidades brasileiras possibilitada pelo REUNI, que culminou na criação do curso noturno de Odontologia, a partir de 2010, permitiu o acesso dos estudantes trabalhadores ao ensino superior, sendo uma enorme conquista das classes sociais menos favorecidas, considerando o caráter historicamente elitista dessa modalidade de ensino no Brasil, bem como do curso de Odontologia. Dessa forma, para muitos dos estudantes noturnos, oriundos do sistema público de ensino, membros da classe trabalhadora, onde o trabalho representa uma condição para permanência, o ingresso na universidade só se tornou possível com as políticas de expansão do ensino superior, as quais o REUNI faz parte e que são fundamentais na construção de uma sociedade menos desigual e na criação de oportunidades para todos.

É importante, contudo, ressaltar que somente permitir o acesso ao ensino a esses estudantes não garante sua permanência e conclusão no curso, pois a permanência perpassa por inúmeros dificultadores, os quais fazemos alusão neste

estudo. É preciso refletir acerca das condições de permanência existentes nas universidades e se elas estão contribuindo para uma formação de qualidade que se adeque a realidade dos estudantes.

Reafirmamos a relevância deste estudo, uma vez que o monitoramento das questões relacionadas ao processo de aprendizagem é fundamental, pois, por ser mutável, varia de acordo com as demandas da sociedade, e assim, surgem a todo momento novas necessidades, que precisam ser supridas a fim de que o ensino cumpra o papel ao qual se propõe, sendo capaz de formar, para além dos conhecimentos científicos, profissionais éticos, com olhar crítico e reflexivo acerca da realidade do meio ao qual vivemos e contribua de forma significativa para uma sociedade mais igualitária.

Entendemos o Programa de Educação Tutorial (PET) como mais uma estratégia de contribuição da formação, bem como da permanência, visto que, além de se tratar de uma bolsa remunerada, este espaço possibilita aos estudantes que vivenciem a tríade ensino, pesquisa e extensão na Universidade. Por meio do Programa, aprendemos a fazer pesquisa, atuamos em projetos de educação e promoção à saúde de modo interdisciplinar, com pauta central nos cursos da saúde noturnos, entre outras atividades. Ressaltamos que, além dos PET Conexões, no qual o PET Cenários de Práticas e Estágios Curriculares Noturnos faz parte, existem os PET Cursos e, neste cenário, o PET Odontologia, no qual os alunos podem se inserir a fim de complementarem sua formação.

Como pesquisadores e estudantes deste curso, salientamos a necessidade da realização de estudos futuros, pois as questões acerca do universo do estudante noturno e suas especificidades não se esgotam nesta pesquisa e nem tivemos essa pretensão.

REFERÊNCIAS

AMARAL, N. C. **Financiamento da educação superior: estado x mercado**. São Paulo: Cortez Editora; Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003.

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. Brasília, 2010.

ANDIFES-FONAPRACE. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Universidades Federais brasileiras**, 2011. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidade_s_federais.pdf . Acesso em: 03 jul. 2021.

ANTUNES, V. V. Expansão e democratização universitária: a implementação do REUNI na Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 91-99, nov. 2016.

ARAÚJO, J. O. **O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Unesp, 2015.

ASSIS, A. C. L. *et al.* As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 125-146, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, R.; FOGUEL, M.; ULYSSES, G. Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda Recente. **IPEA**, Rio de Janeiro, 2006.

BERNARDINO, V. M. P.; LOCH, S. A. Mobilidade, Trabalho e Universidade: Feições da Realidade Recente dos Estudantes de Geografia da Unespar. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 34, n. 3, p. 1-15, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CNS 3/2002**, de 19 de fevereiro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 10. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES032002.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 267/GM, de 06 de março de 2001. **Diário Oficial da União**, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação de Saúde Bucal. **Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_brasil_sorridente.htm. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto no 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Brasília. Congresso Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **REUNI Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**: Diretrizes Gerais. Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei n. 9.394/96**, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei 8.080**, de 19 de setembro de 1990. 2. ed. Brasília, DF: Assessoria de Comunicação Social, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2012**: resumo técnico. Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, jul. 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2012**: resumo técnico. Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, jul. 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2019**: resumo técnico. Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, out. 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 17 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012 da Análise sobre a Expansão das Universidades Federais (2003 a 2012)**. MEC: Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Digital**. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/expansao>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **REUNI Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**: Relatório de Primeiro Ano. Brasília, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf> . Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.711/12**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_29_08_2012.pdf. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **A aderência dos cursos de graduação em enfermagem, medicina e odontologia às Diretrizes Curriculares Nacionais**. Brasília, 2006. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/imprensa/2006/doc_saude.pdf. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2007**: resumo técnico. Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sai/pendencias/avaliacao-das-ies-em-geral/arquivos-avaliacao-ies-geral/CES2007ResumoTecnico.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2006**: resumo técnico. Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, dez. 2007. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 29 nov. 2021.

BARBOSA, M. L. O.; PRATES, A. A. P. P. A expansão e as possibilidades de democratização do ensino superior no Brasil. **Caderno CrH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 327-339, maio/ago. 2015.

CAMPELLO, T. **Faces da desigualdade no Brasil**: um olhar sobre os que ficam para trás. Brasília, DF: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais; Conselho Latino-Americana de Ciências Sociais, 2017.

CAMPOS, F. E. Apresentação. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da

Educação. **A aderência dos cursos de graduação em enfermagem, medicina e odontologia às Diretrizes Curriculares Nacionais**. Brasília, 2006.

CASTRO, S. F; ALMEIDA, M. A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, abr./jun. 2014.

CORDEIRO, E. R. Gestão da segurança das instituições federais de ensino superior do Brasil. *In: XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU*, Florianópolis, v. 1, n. 1. **Anais [...]**, Florianópolis, 2014. p. 3. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/131884/2014-236.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 mar. 2021.

COSTA, D. M; GOTO, M. M. M; COSTA, A. M. Expansão da educação superior no Brasil: uma análise descritiva dos programas do governo federal. *In: IX Colóquio Internacional sobre Gestão universitária na América do Sul*, Florianópolis, nov. 2009.

CHIROLEU, A. La inclusión en la educación superior como política pública: tres experiencias en América Latina. **Revista Iberoamericana de Educación**, Buenos Aires, v. 5, n. 48, p. 1-15, fev. 2009.

COSTA, I. C. C. *et al.* Integração Universidade-Comunidade: análise das atividades extramurais em Odontologia nas universidades brasileiras. **Revista do CROMG**, Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 146-153. 2000.

DIAS JUNIOR, C. S. *et al.* A experiência do REUNI na Escola de Enfermagem na UFMG: o perfil dos alunos do curso de Gestão de Serviços de Saúde. *In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA*. Anais Diamantina. Diamantina, v. 14, 2010.

DUBET, F. Qual democratização do ensino superior? **Caderno CrH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255-265, maio/ago. 2015.

ESTRADA, A. A; RADAELLI, A. B. Permanência na educação superior: aspectos da assistência estudantil. *In: Cuadernos de Educación y Desarrollo*, Espanha, 2014.

FEUERWERKER, L. C. M.; ALMEIDA, M. Diretrizes curriculares e projetos pedagógicos: é tempo de ação! **Rev. ABENO**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 14- 16, jan./dez. 2004.

FERREIRA, E. M. G; PEIXOTO, A. C. A. Assistência estudantil como estratégia de permanência do escolar. **Editora Realize**, Iguatu, 2018.

FONSECA, E. P. As Diretrizes Curriculares Nacionais e a formação do cirurgião-dentista brasileiro. **J. Manag. Prim. Health Care**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 158-178, 2012.

FONSÊCA, G. S. *et al.* Modelo lógico-ideal para o estágio curricular supervisionado: a educação pelo trabalho na formação Odontológica. **Revista da ABENO**, Brasília, v. 2, n. 15, p. 2-11, 2015.

TERRIBILI FILHO, A.; RAPHAEL, H. S. **Ensino superior noturno: problemas, perspectivas e propostas.** Fundação para o Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão (FUNDEPE), São Paulo, 2009.

GRANDE, I. M. P. *et al.* Desafios na formação do Cirurgião-Dentista para o SUS. **Rev. ABENO**, Brasília, v. 3, n. 16, p. 2-6, 2016.

GUIMARÃES, M. G. G. S. **Trabalhadores-estudantes: um olhar para o contexto da relação entre trabalho e ensino superior noturno.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2006.

GONÇALVES, E. **O estudante no direito do trabalho.** São Paulo: LTR, 1987.

HADDAD, F. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.ufvjm.edu.br/arquivos/64/22/CPA_Sinaes_Plano_Desenvolv_Educacao_Haddad_2008.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

HONORATO, G.; HERINGER, R. Políticas de permanência e assistência no ensino superior público e o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *In:* BARBOSA, M. L. O. (org.). **Ensino Superior: Expansão e Democratização.** Rio de Janeiro: 7 Letras, Coleção Sociologia e Antropologia, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais 2006: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=236018>. Acesso em: 03 jul. 2021.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses estatísticas da educação superior.** 2012. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> . Acesso em: 03 jul. 2021.

LAMERS, J. M. S.; SANTOS, B. S.; TOASSI, R. F. C. Retenção e evasão no ensino superior público: estudo de caso em um curso noturno de odontologia. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, e154730, 2017.

LAMERS, J. M. S. **A democratização da educação superior pública na perspectiva da justiça social: estudo de caso do curso noturno de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).** 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

LAUERMANN, R. **Uma avaliação do REUNI na Universidade Federal do Rio Grande do Sul como política pública.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Pública. Escola de Administração da Universidade Federal

do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2019.

LUSA, M. G. *et al.* A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 536-547, 2019.

MARTINS, C. B. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **Rev. São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v.1, n. 14, p. 47, 2000.

MARTINS, C. B. Uma Reforma Necessária. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1001-1020, out. 2006.

MATOS, I. B.; TOASSI, R. F. C.; OLIVEIRA, M. C. Profissões e ocupações de saúde e o processo de feminização: tendências e implicações. **Athenea Digital**, Barcelona, v. 13, n. 2, p. 239 - 244, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/118035>. Acesso em: 03 jul. 2021.

MCCOWAN, T. Expansion without equity: an analysis of current policy on access to higher education in Brazil. **Higher Education**, New York, n. 53, v. 5, p. 579-598, 2007.

MOISÉS, S. J. Políticas de saúde e formação de recursos humanos em odontologia. **Rev. ABENO**, Brasília, v. 1, n. 4, p. 30-37, 2004.

MORITA, M. C. *et al.* **Implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais em Odontologia**. Dental Press: ABENO/ OPAS/ MS. Maringá, p. 160, 2007.

MORITA, M. C.; KRIGER, L. Mudanças nos cursos de Odontologia e a interação com o SUS. **Rev. ABENO**, Brasília, v. 1, n. 4, p. 17-21, 2004.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 124-157, jan./jun. 2007.

NEVES, C. E. B. Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. *In: XXX Lasa International Congress Latin American Studies Association*. São Francisco, 2012.

OLIVEIRA, J. F.; BITTAR, M.; LEMOS, J. R. Ensino superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 19, n. 40, p. 247-268, maio/ago. 2010.

OLSSON, T. O.; LAMERS, J. M. S.; TOASSI, R. F. C. **Perfil dos formandos do curso de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**: relatório turmas 2010-2 a 2019-2. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

PEREIRA, D. Q.; PEREIRA, J. C. M.; ASSIS, M. M. A. The odontological practice in the Basic Health Units in Feira de Santana, Bahia, in the health municipalization process: individual, autonomous, curative and technical activities. **Ciên. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, n. 8, v. 2, p. 599-609, 2003.

PEREIRA, T. I.; SILVA, L. F. S. C. As públicas do ensino superior no governo Lula:

expansão ou democratização? **Rev. Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 10-31, jul./dez. 2010.

PEREIRA, A. S. *et al.* Fatores relevantes no processo de permanência prolongada de discentes nos cursos de graduação presencial: um estudo na Universidade Federal do Espírito Santo. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 89, p. 1015-1039, out./dez. 2015.

PINHEIRO, F. M. C. *et al.* A formação do cirurgião-dentista no Brasil: contribuições de estudos para a prática da profissão. **RGO**, Porto Alegre, v. 57, n. 1, p. 99-106, jan./mar. 2009.

PINHEIRO, F. M. C. *et al.* A formação do cirurgião-dentista e a promoção de saúde no PSF. *Revista de Odontologia da UNESP*, [s. l.], n. 37, v. 1, p. 69-77, 2008.

PIROLO, M. A. M.; MORESCO, M. C. Segurança na Universidade: opinião da comunidade acadêmica. **Revista Nupem**, Campo Mourão, v. 4, n. 7, p. 251-259, ago./dez. 2012.

PUCCA JÚNIOR, G. A. *et al.* Ten years of a national oral health policy in brazil: innovation, boldness and numerous challenges. **J. dent. res.**, [s. l.], v. 94, n. 10, p. 1333-1337, 2015.

RAMOS, F. P. Intervenções psicológicas com universitários em serviços de apoio ao estudante. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Vitória, v. 19, n. 2, p. 221-232, jul./dez. 2018.

RANIERI, N. B.S. **Educação superior, direito e Estado na Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 9.394/96)**. São Paulo: EDUSP /Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

REGINATO, A. M. O aluno trabalhador: o encontro entre conhecimento e experiência – uma abordagem ergológica. **Revista Conteúdo**, Capivari, v. 1, n. 4, p. 91-113, ago./dez. 2010.

REIDEL, T. *et al.* Programa de Educação Tutorial Pet Conexões de Saberes: Cenários de Práticas e Estágios Curriculares Noturnos. **Perfil, condições e desafios da formação do(a)s estudantes de graduação noturna da saúde/UFRGS: Serviço Social, Odontologia, Psicologia e Saúde Coletiva**. Projeto de pesquisa. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Departamento de Serviço Social, 2019. 55 p.

REIS, M. C.; RAMOS, L. Escolaridade dos Pais, Desempenho no Mercado de Trabalho e Desigualdade de Rendimentos. **RBE (Revista Brasileira de Estatística)**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 2, p. 177–205, abr./jun. 2011.

RISTOFF, D. Considerações sobre evasão. *In*: RISTOFF, D. (org.). **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis: Insular, 1999.

SANTOS, B. S. Universidade do Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, Coimbra: Almedina, v. 1, n. 23, p. 137-202, 2008.

SCHWARTZMAN, S. Por uma nova política de educação superior para o Brasil. *In*: **3o. Congresso do PSDB**, 2007.

SENNA, M. I. B.; LIMA, M. L. R. Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de graduação em Odontologia: uma análise dos artigos publicados na Revista ABENO de 2002 a 2006. **Arquivos em Odontologia**, [s. l.], n. 45, v. 1, p. 30 -36, 2009.

SILVA, O. G. S.; NAVARRO, E. C. A relação professor-aluno no processo ensino - aprendizagem. **Interdisciplinar: Revista Eletrônica da Univar**, Goiânia, v. 3, n. 8, p. 95 -100, 2012.

SOUZA, J. M.; WESCHENFELDER, H. C.; TOASSI, R. F. C. Expansão da educação superior no Brasil a partir do reuni: o curso noturno de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 63-78, jan. 2014.

SOUZA, J. M. **Trajetória do estudante no curso noturno de odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**: perfil do ingressante, situação acadêmica e motivos de retenção e evasão. Dissertação (Mestrado Profissional em Odontologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SPOSITO, M. P. **Trabalhador-estudante**: um perfil do aluno do curso superior noturno(o). São Paulo: Loyola, 1989.

TOASSI, R. F. C. *et al.* Perfil sociodemográfico e perspectivas em relação à profissão do estudante de odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. **Rev. Fac. Odontol. Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 52, n. 1/3, p. 25-32, jan./dez. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Odontologia. **Projeto Político Pedagógico**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: http://www.ufrgs.br/odonto/projeto_pedagogico_odontologia_curso_noturno. Acesso em: 03 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Decreto 6.096 de 24/4/2007**. Em atendimento ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Porto Alegre, 2007. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/146658/norma_Dec_CONSUN_publicave_l_2007_312_4817.pdf?sequence=1. Acesso em: 03 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Comissão de Graduação de Filosofia. **Resolução nº 06/2013**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/filosofia/wp-content/uploads/2016/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-06-2013-Pre-requisitos-Bac.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Pró-Reitoria de Assuntos**

Estudantis da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prae/assistencia-estudantil/>. Acesso em: 03 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prae/wp-content/uploads/2019/02/EDITAL-n%C2%BA-03.2019-AME-ODONTO-2019-1.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Coordenação Acadêmica. **Programa de Ações Afirmativas.** Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/2019/01/07/a-lei-de-cotas/>. Acesso em: 09 mai. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Graduação. **Edital de inscrição para concorrer à matrícula como Aluno Especial 2019/2.** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prograd/wp-content/uploads/2019/08/Informativo-Matricula-especial-2019-2-atualizado.docx111-corrigido.pdf> . Acesso em: 26 jun. 2021.

VASCONCELOS, T. C. *et al.* Prevalência de Sintomas de Ansiedade e Depressão em Estudantes de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 39, p. 135-142, 2015.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. F. C. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 459-485, jul. 2013.

VASCONCELOS, N. B. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n. 2, p. 599-616, jul./dez.2010.

VERAS, R. S.; FERREIRA, S. P. A. A afetividade na relação professor-aluno e suas implicações na aprendizagem, em contexto universitário. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 38, p. 219-235, set./dez. 2010.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Rev. Brasileira de Educação**, Campinas, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

1. Idade:___ anos
2. Qual seu curso?
 Odontologia
3. Qual gênero você se identifica?
 Feminino
 Masculino
 Não-binário
 Não declarado
 Outro: _____
4. Qual sua Raça/Cor?
 Amarela
 Branca
 Indígena
 Parda
 Preta
 Não declarado
5. Qual seu estado civil?
 Casado(a)
 Divorciado(a)
 União Estável(a)
 Separado(a)
 Solteiro(a)
 Viúvo(a)
6. Onde você reside atualmente?
 Porto Alegre
 Região metropolitana
 Outros:_____
7. Considerando que o salário mínimo atual no Brasil é R\$1.039,00, qual sua renda aproximada?
 Menos de R\$ 499,00
 De ½ a 1 salário mínimo (R\$519,50 – R\$1.039,00)
 De 1 a 1 ½ salários mínimos (R\$1.039,00 – R\$ 1.558,50)
 De 1 ½ a 2 salários mínimos (R\$ 1.558,50 – R\$ 2.078,00)
 De 2 a 3 salários mínimos (R\$ 2.078,00– R\$ 3.117,00)
 Mais que três salários mínimos (R\$ 3.117,00 ou mais)
 Não declarado
8. No que se refere ao seu sustento:
 É o principal responsável
 Conta com apoio familiar
 Contribui com a renda familiar

Recebe ajuda de custo de outra pessoa que não um familiar

9. Você reside com sua família?

Sim Não

10. Quanto a sua formação no ensino fundamental e médio, a maior parte se deu em:

- Escola pública
- Escola particular
- Escola particular com bolsa integral
- Escola particular com bolsa parcial

11. Você é o primeiro membro de seu núcleo familiar a cursar Ensino Superior?

Sim Não

12. Você trabalha atualmente (não considere aqui bolsa estudantil ou estágio como trabalho)?

Sim Não

13. Você tem filhos?

Sim Não

14. Como você classifica o bairro onde você reside?

- Bairro periférico (Comunidade/Favela / Morro / Vila / Loteamento popular/Conjunto Habitacional)
- Zona Rural
- Bairro de Classe média
- Bairro de Classe Média Alta
- Bairro de Classe Alta

15. Quais são suas principais demandas e dificuldades como estudante noturno?

16. Quais são os elementos que comprometem a permanência e garantia da conclusão de uma formação de qualidade no curso noturno?

17. Quais são as estratégias e ou possibilidades para permanência e conclusão noturno nesta Universidade?

18. Você identifica particularidades do trabalhador estudante que deveriam ser reconhecidas e/ou consideradas pelos cursos noturnos?

19. Pensando na qualidade de ensino superior que você busca nesta Universidade, considerando sua condição de aluno de curso noturno, gostaria de fazer algum comentário ou observação sobre este tema?

ANEXO A – MEMÓRIA DA REUNIÃO PET, 18 DE JUNHO DE 2020

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de 2020, de forma online, realizou-se a reunião dos integrantes do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes: Cenários de Prática e de Estágios Curriculares Noturnos. Tendo como secretário de ATA o bolsista Ariel Bertoni Lopes, estudante de Serviço Social e como facilitador o bolsista Wellington Luis Xavier, estudante do curso de Serviço Social. A reunião iniciou às 11 horas e 30 minutos e houve a participação dos petianos respectivamente:

- (x) Ariel Bertoni Lopes
- (x) Bianca Bonfante
- (x) Cibele Pitthan da Silva
- (x) Gabriela Nery
- () Jaqueline Jaques Camboim
- (x) Kelly Nunes
- (x) Layla Nicoly Mattos Medeiros
- (x) Laysla Pedelhes Silva
- (x) Loan Tonial Tomiello
- () Talvane Ribeiro de Campos
- (x) Wellington Luis Xavier
- (x) Mailiz Garibotti Lusa

PAUTAS:

- Informes
- Relato dos GETs
- Dia do orgulho LGBT+
- Interpet

RESOLUÇÕES:

INFORMES:

Solicitação aos colegas (Loan e Cibele):

Loan relata que os dois iniciaram o TCC e entraram em contato com a professora Ramona (odontologia). Eles solicitam que os dados da pesquisa do PET sejam utilizados no Trabalho de Conclusão de curso realizando um recorte para os alunos da odontologia noturna.

Tutora Mailiz explica que os dados utilizados pelos dois devem ser retirados a partir dos relatórios para que não ocorram conflitos éticos.

- Todos os presentes aprovaram que Loan e Cibele utilizem os dados da pesquisa no respectivo TCC da dupla.

- Bianca fez contato com a professora Cristiane Famer a fim da produção de um vídeo sobre promoção de saúde durante isolamento social. Ainda não obteve resposta, mas realizará o contato novamente.
- Prof Mailiz relata sobre a proposta de minuta da Prograd. O documento apresenta três possibilidades para a continuidade do semestre: a adesão dos cursos ao ERE, o cancelamento de disciplinas (assegurando que ela seja ofertada no próximo semestre), o cancelamento ou trancamento de semestre pelos estudantes (não pode cancelar todas as disciplinas)

RELATOS DOS GETS:

- Trocando Ideias: o projeto vai ser adaptado para o formato de cartilha durante o momento da pandemia. O grupo vai se reunir após a reunião para planejar o novo formato
- Trocando ideias: Loan apresenta possíveis datas para o mês de julho, o grupo aponta “Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador” (08/07) e “Dia da Caridade” (19/07) como datas para construir materiais reflexivos. Para o dia 28/06 dia do Orgulho LGBT Ariel apontou 3 temas: Início do movimento lgbt, Política nacional integral de saúde lgbt, valorização do pajubá.

ENCAMINHAMENTOS:

- Reenvio do questionário para COMGRADs e pelas redes sociais como última chamada para respostas da pesquisa. Ariel ficou responsável pela criação de um card para ser enviado na segunda-feira (22).
- Organização do GT de pesquisa, planejamento do calendário de sistematização e análise dos dados na próxima reunião (25/06).
- Contato com outros PETs para a divulgação dos vídeos produzidos por nós.
- Discussão coletiva para o mês de julho: Doc sobre masculinidade indicado pela Layla. Possibilidade de ampliar a discussão para fora do pet.
- Divulgação do edital de seleção pelas Comgrads, redes sociais e por e-mails.
- Ariel, Layla e Bianca ficam responsáveis pelo monitoramento do e-mail para recebimento das inscrições.
- Ariel e Wellington responsáveis pela produção do card de divulgação da seleção.

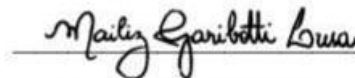
ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA

CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, **Professora Mailiz Garibotti Lusa**, RG 3.527.729 (SSP-SC), CPF 027.819.959-32, solteira, residente no endereço Rua Dom Pedro II, 1273, Ap.11, Higienópolis, Porto Alegre, RS, docente da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE SUL, **Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes Cenários de Práticas e de Estágios Curriculares Noturnos** da UFRGS, através do qual se desenvolve o **Projeto de Pesquisa intitulado PERFIL, CONDIÇÕES E DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO(A)S ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO NOTURNA DA SAÚDE/UFRGS: Serviço Social, Odontologia, Psicologia e Saúde Coletiva**, declaro **anuência quanto ao uso dos dados contidos no Relatório Parcial da Pesquisa acima identificada**, para que os estudantes do curso de Odontologia - Noturno, Loan Toniai Tomiello e Cibele Pitthan da Silva, façam uso dos dados nele contidos para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Registra-se que esta pesquisa foi elaborada e é executada pelo Grupo PET acima mencionado, sob a coordenação das Profas. Tatiana Reidel e Mailiz Garibotti Lusa. Tal pesquisa foi submetida e aprovada na Comissão de Pesquisa do Instituto de Psicologia (COMPESQ-IP) e no Comitê de Ética também do Instituto de Psicologia (CEP-IP). A pesquisa encontra-se em andamento, agora na fase de tratamento e análise dos dados. **Esta anuência refere-se ao uso do relatório parcial de pesquisa.**

Porto Alegre, 19 de setembro de 2020.



Profa. Mailiz Garibotti Lusa
Tutora do PET Conexões de Saberes
Cenários de Práticas e de Estágios Curriculares Noturnos

ANEXO C – CARTA DE ANUÊNCIA

CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, Tatiana Reidel, RG 4070276896, CPF 95615474068, em união estável, residente no endereço da Rua Mariante 1076 em Porto Alegre Rio Grande do Sul, docente da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE SUL, **coordenadora do Projeto de Pesquisa intitulado PERFIL, CONDIÇÕES E DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO(A)S ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO NOTURNA DA SAÚDE/UFRGS: Serviço Social, Odontologia, Psicologia e Saúde Coletiva, declaro anuência quanto ao uso dos dados contidos no Relatório Parcial da Pesquisa acima identificada**, para que os estudantes do curso de Odontologia - Noturno, Loan Tonial Tomiello e Cibele Pitthan da Silva, façam uso dos dados nele contidos para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).


Registra-se que esta pesquisa foi elaborada e é executada pelo Grupo PET acima mencionado, sob a coordenação das Profas. Tatiana Reidel e Mailiz Garibotti Lusa. Tal pesquisa foi submetida e aprovada na Comissão de Pesquisa do Instituto de Psicologia (COMPESQ-IP) e no Comitê de Ética também do Instituto de Psicologia (CEP-IP). A pesquisa encontra-se em andamento, agora na fase de tratamento e análise dos dados. **Esta anuência refere-se ao uso de dados do relatório parcial de pesquisa.**

Porto Alegre, 21 de outubro de 2020



Profa. Tatiana Reidel
Coordenadora da Pesquisa

ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

<p>UFRGS - INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL</p>	
--	---

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERFIL, CONDIÇÕES E DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO(A)S ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO NOTURNA DA SAÚDE/UFRGS: Serviço Social, Odontologia, Psicologia e Saúde Coletiva

Pesquisador: Tatiana Reidel

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 26126819.0.0000.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.785.026

Apresentação do Projeto:

Considerando que a criação dos cursos noturnos na área da saúde é recente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) surgem diversas dificuldades. Dentre elas, que são vividas pelos integrantes do Programa de Educação Tutorial PET/MEC Conexões-Cursos da Saúde Noturno, podendo ser citada a inexistência de cenários de prática e de campos de estágio noturnos, um entrava na formação dos estudantes, que muitas vezes são trabalhadores e precisam que a graduação seja exclusivamente noturna. Assim como, Pensando em dar visibilidade a essas

dificuldades, que já se observam parcialmente dentro do PET e das salas de aula.

A pesquisa visa analisar como se conforma o perfil dos estudantes e as condições em que se realiza a formação nos cursos da saúde noturnos da

UFRGS com vistas a contribuir para o fortalecimento da qualidade do ensino superior noturno; Assim como busca investigar as principais demandas e dificuldades dos estudantes dos cursos noturnos da saúde da UFRGS com a finalidade de entender os elementos que comprometem a permanência e garantia da conclusão de uma formação de qualidade. A pesquisa fundamenta-se no método dialético crítico pautado no marxismo.

Se constitui como um estudo de enfoque misto, pois relaciona qualidade e quantidade na perspectiva de complementariedade, pela articulação de dados quanti- qualitativos, visto que considera características e particularidade de ambos.

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600		CEP: 90.035-003
Bairro: Santa Cecília		
UF: RS	Município: PORTO ALEGRE	
Telefone: (51)3308-5698	Fax: (51)3308-5698	E-mail: cep-psico@ufrgs.br

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 3.785.026

O universo deste estudo se refere a todo(a)s estudantes matriculados nos cursos de Serviço Social, Psicologia, Odontologia e Saúde Coletiva no turno noturno no período de aplicação da pesquisa. Primeiramente se fará contato com as coordenações dos Cursos, se explicarão os objetivos e metodologia da pesquisa, bem como se apresentará o Termo de Concordância Institucional (TCI). Se aceito, via coordenações dos Cursos para o email dos respectivos estudantes matriculados, será encaminhado convite com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Todos estudantes que aceitarem participar da pesquisa, acessarão um questionário com questões fechadas e abertas preenchidos online e comporão a amostra da mesma.

Concluída a etapa de coleta dos dados, o tratamento dos mesmos será realizado a partir de análise estatística para dados quantitativos e análise de conteúdo os recortes frequenciais e temáticos, conforme os define Bardin (2009).

Posterior ao processo de análise, será realizado um Seminário para devolução dos dados para coordenação dos respectivos cursos e seus estudantes, assim como se divulgará no site da universidade e redes sociais os achados da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar como se conforma o perfil dos estudantes e as condições em que se realiza a formação nos cursos da saúde noturnos da UFRGS com vistas a contribuir para o fortalecimento da qualidade do ensino superior noturno;

Objetivo Secundário:

Investigar as principais demandas e dificuldades dos estudantes dos cursos noturnos da saúde da UFRGS com a finalidade de entender os

elementos que comprometem a permanência e garantia da conclusão de uma formação de qualidade.

Caracterizar o perfil dos estudantes dos cursos da saúde noturnos com vistas a analisar os desafios e possibilidades para permanência e conclusão do curso nesta universidade;

Analisar as particularidades do trabalhador estudante com vistas a refletir sobre medidas necessária no âmbito do ensino superior para que se mantenha a qualidade do ensino, permanência e conclusão do curso.

Verificar as possibilidades proporcionadas pelo ensino superior noturno, a fim de contribuir para o fortalecimento e ampliação das mesmas;

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

**UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 3.785.026

/ Brochura Investigador	PESQUISAcorrigidotcleposcep.pdf	11:43:27	Tatiana Reidel	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEFIMcorrigidoposCEP.pdf	16/12/2019 11:42:34	Tatiana Reidel	Aceito
Folha de Rosto	Folharosto.pdf	25/11/2019 18:47:40	Tatiana Reidel	Aceito
Outros	Folharosto.jpeg	25/11/2019 18:44:36	Tatiana Reidel	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PESQUISA.pdf	25/11/2019 18:42:56	Tatiana Reidel	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	25/11/2019 18:42:20	Tatiana Reidel	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	25/11/2019 18:41:49	Tatiana Reidel	Aceito
Outros	QUESTIONARIO.pdf	25/11/2019 18:41:39	Tatiana Reidel	Aceito
Outros	TCI.pdf	25/11/2019 18:37:58	Tatiana Reidel	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEFIM.pdf	25/11/2019 18:37:03	Tatiana Reidel	Aceito
Parecer Anterior	PARECERCOMPESQ.pdf	25/11/2019 18:30:17	Tatiana Reidel	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 19 de Dezembro de 2019

Assinado por:
Jerusa Fumagalli de Salles
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília **CEP:** 90.035-003
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

**UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 3.785.026

Possibilitar a vivência da pesquisa aos petianos, com vistas a desvendar a realidade vivenciada pelos estudantes dos cursos da saúde noturnos e propor ações a partir do desvendamento desta realidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Compreende-se que possam existir riscos mínimos a partir da resolução 510/20106, como possíveis desconfortos em refletir sobre as dificuldades vivenciadas pelos estudantes dos cursos noturnos. Caso estas ocasiões de desconforto ocorram, a pesquisadora se responsabilizará em atender a situação de desconforto podendo ser contata pelo e-mail e telefone disponibilizados. Caso demande atendimento específico, a pesquisadora fará encaminhamento à rede pública de saúde.

Benefícios:

Os benefícios em participar da pesquisa se constituirão em contribuir para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento sobre o perfil dos estudantes dos cursos da Saúde noturnos, bem como evidenciar as principais demandas e dificuldades destes desvendando os elementos que comprometem a permanência e garantia da conclusão de uma formação de qualidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Apos ajustes solicitados no TCLE, o projeto atende aos requisitos do ponto e vista ético.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apos ajustes realizados no TCLE, os termos estão adequados do ponto de vista ético.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1478338.pdf	16/12/2019 11:45:12		Aceito
Outros	respostacomiteetica.pdf	16/12/2019 11:44:04	Tatiana Reidel	Aceito
Projeto Detalhado	PESQUISAcorrigidotcleposcep.pdf	16/12/2019	Tatiana Reidel	Aceito

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br